

Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Graduação em Geografia

**ATLÂNTICO SUL: ESTUDO DE CASO SOBRE A
COOPERAÇÃO BRASIL-NAMÍBIA**

Leonardo Velardi Malheiro

Prof(a). Dr(a). Angelita Matos Souza

Rio Claro (SP)

2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

LEONARDO VELARDI MALHEIRO

ATLÂNTICO SUL: ESTUDO DE CASO SOBRE A
COOPERAÇÃO BRASIL-NAMÍBIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas -
Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para
obtenção do grau de Licenciatura em
Geografia

Rio Claro - SP
2019

M249a Malheiro, Leonardo Velardi
Atlântico Sul: Estudo de Caso sobre a Cooperação
Brasil-Namíbia / Leonardo Velardi Malheiro. -- Rio Claro,
2019
58 p. : il., tabs., mapas + 1 CD-ROM

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e
licenciatura - Geografia) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio
Claro
Orientadora: Angelita Matos Souza

1. Brasil-Namíbia. 2. Atlântico Sul. 3. Poder Naval. I.

Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do
Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LEONARDO VELARDI MALHEIRO

ATLÂNTICO SUL: ESTUDO DE CASO SOBRE A
COOPERAÇÃO BRASIL-NAMÍBIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas -
Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para
obtenção do grau de Licenciatura em
Geografia

Comissão Examinadora

_____ (orientador)

Rio Claro, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) aluno(a)

assinatura do(a) orientador(a)

Dedico este trabalho a Antônio José Loureiro Velardi.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família e aos meus amigos pelo apoio; aos padres André e Renato pelos sermões que me enchem de amor, perseverança e resiliência; ao professor Paulo Teixeira Godoy pelo livro que me emprestou no começo do curso, do qual, no entanto, só agora tirei algum proveito; ao professor José Gilberto de Souza pela recomendação do banco de dados sobre exportações e pelas aulas de Geopolítica.

Agradeço especialmente a:

Professora Benilde, a pessoa que mais se importou com minha compreensão da linguagem, influência inextinguível de minha inteligência.

Minha orientadora, um de meus principais exemplos de honestidade intelectual, de pesquisadora, de escrita e provavelmente o maior de oratória como professora.

Jacqueline, minha companheira, pelo carinho e cuidado na finalização e enumeração de páginas do trabalho.

O CNPq, por ter fomentado a pesquisa inicial que se tornou este trabalho.

“Igitur qui desiderat pacem, praeparet bellum.”

Publius Flavius Vegetius Renatus

RESUMO

Este trabalho é um estudo de caso sobre a relação de cooperação entre Brasil e Namíbia para a estruturação da Marinha Namibiana neste início de século. Através de uma perspectiva geopolítica e com auxílio de conceitos e obras do campo das Relações Internacionais, trabalhamos com a noção de *soft power* e buscamos compreender os interesses geoestratégicos da empreitada e sua relevância. Fizemos uma breve caracterização das principais riquezas (conhecidas e estimadas) de interesse nacional em águas do Atlântico Sul. Através das obras de Therezinha de Castro (1999) e de Alfred Mahan (1890), identificamos os principais aspectos estratégicos de dominação militar das águas do Atlântico Sul e pudemos constatar a hegemonia militar exercida pela Inglaterra e pelos EUA nesse oceano, assim como a capacidade de intervenção rápida dos próprios EUA e da França em qualquer conflito potencial por ali. Terminamos por apontar a relevância dos estudos sobre geografia militar marítima, em consonância com Filipe Giuseppe Ribeiro (2010) em sua tese de mestrado, e esclarecendo o que pudemos perceber do delineamento estratégico e sua continuidade no que concerne à relação em estudo.

Palavras-chave: Brasil-Namíbia. Atlântico Sul. Poder Naval.

ABSTRACT

This paper is a case study on the cooperative relationship between Brazil and Namibia for the structuring of the Namibian Navy at the beginning of this century. Through a geopolitical perspective and with the help of concepts and works from the field of International Relations, we work with the notion of soft power and seek to understand the geostrategic interests of the enterprise and its relevance. We briefly characterized the main (known and estimated) riches of national interest in South Atlantic waters. Through the works of Therezinha de Castro (1999) and Alfred Mahan (1890), we identified the main strategy aspects of military domination on the waters of the South Atlantic and were able to verify the military hegemony exercised by England and the US in this ocean, as well as the ability of the US and France to intervene quickly in any potential conflict there. We concluded by pointing out the relevance of studies about maritime military geography, in line with Filipe Giuseppe Ribeiro (2010) on his master's thesis, and clarifying what we perceived of the strategic delineation and its continuity concerning the relation in study.

Keywords: Brazil-Namibia. South Atlantic. Sea Power.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Entorno do Atlântico Sul.	14
Mapa 2 – A Amazônia Azul.	14
Mapa 3 – Riquezas minerais no território marítimo brasileiro.	15
Mapa 4 – Informações sobre a exploração do Pré-Sal.	16
Mapa 5 – Ilhas abordadas no trabalho.	17
Mapa 6 – Rotas propostas por Therezinha de Castro.	21
Mapa 7 – Representação cartográfica da Tese da Triangulação Insular no Atlântico Sul.	22
Mapa 8 – Triângulos e cinturão geoestratégico formados por ilhas com presença britânica.	23
Mapa 9 – Mapa sobre linhas comerciais marítimas brasileiras.	24
Mapa 10 – Mapa <i>The World With Commanders' Areas of Responsibility</i> .	25
Mapa 11 – Mapa sobre áreas de possível intervenção naval francesa.	26
Mapa 12 – Mapa <i>France and US' eyes on Africa</i> .	27
Figura 1 – Triângulo das funções de uso do mar de Booth.	39
Figura 2 – Triângulo das funções de uso do mar de Booth revisado por Grove.	39
Figura 3 – Trapézio das funções de uso do mar de Moreira.	40
Gráfico 1 – Probabilidade de ocorrência dos diferentes empregos de forças navais em situação de normalidade.	43
Gráfico 2 – Valores anuais de exportação do Brasil para a Namíbia.	47
Gráfico 3: Percentagens de exportação do Brasil para a Namíbia em 2017.	49
Quadro 1 – Cada tipo de presença naval em situação de normalidade.	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valores anuais de exportação do Brasil para a Namíbia entre os anos de 1997 e 2014. 48

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DOMÍNIO MARÍTIMO DO ATLÂNTICO SUL	19
3	ESTRATÉGIA	27
3.1	Modelos Teóricos da Estratégia	29
3.1	Política e Estratégia Nacionais de Defesa	30
4	DIPLOMACIA	31
4.1	Política Externa Brasileira	32
5	DISSUASÃO	33
6	PODERES E ESTRATÉGIAS MARÍTIMOS E NAVAIS	33
6.1	Poder Naval	35
6.2	Tarefas da Marinha de Guerra	38
6.3	Estratégia e Política Marítimas	40
6.4	Estratégia Naval	41
6.5	Operações Navais	42
6.6	O Emprego das Forças Navais em Tempos de Paz e Normalidade	43
7	CASO DE COOPERAÇÃO BRASIL-NAMÍBIA	45
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
9	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

1 INTRODUÇÃO

“Knowledge is one. Its division into subjects is a concession to human weakness.”

Halford Mackinder (1942, p. 166)

Nosso objetivo é estudar as relações de cooperação entre Brasil e Namíbia neste início de século, recuperando a aproximação entre os dois países após a independência da Namíbia. Para tanto, será feita uma abordagem teórica de uma perspectiva da geopolítica, das relações internacionais e da geografia militar relacionadas, o que se pretende como base interpretativa para o caso de estudo, cujos dados quantitativos e informações detalhadas são escassos, logo exigindo uma boa delimitação conceitual e teórica para que se possa interpretar o caso a partir de suas particularidades.

Após o fim do tráfico negreiro, o Brasil manteve uma relação, no geral, distante do continente africano e ocorreu a ascensão do poder britânico no Atlântico Sul. A Namíbia, fundada por colonos alemães no final do século XIX e passada a domínio da África do Sul no pós-guerra, alcançou sua independência em 1990 depois de muita luta e, na reorganização das suas Forças Armadas, como país soberano, contou com a colaboração do Brasil desde 1994.

As relações Brasil-Namíbia (antigo Sudoeste Africano) datam de 1976, quando da visita de uma delegação do Conselho da Namíbia ao Brasil, numa época de constante ingerência no país pela África do Sul, durante a guerra pela independência sudafricana (BARRETO FILHO, 2006, p. 288), porém o Brasil já buscava recuperar o estreitamento da relação com a região desde o final da década de 70, quando o fluxo de bens e capitais pelo Atlântico Sul recuperou parcialmente seu vigor. Em 1975, o governo Geisel reconheceu o governo revolucionário do Movimento Popular de Libertação da Angola (MPLA), que combatia ao lado da Organização do Povo do Sudoeste Africano (*South West Africa's People Organization, SWAPO*, em inglês), conhecida oficialmente como SWAPO – Partido da Namíbia, movimento de guerrilha pela independência do país. Entre a década de 90 e o início do século XXI, com a estabilização econômico-política da maior parte dos países na região, aumentou a colaboração entre seus países e destes com outros estrategicamente importantes para o Atlântico Sul, como o Brasil. No governo de Fernando Henrique Cardoso foram firmadas parcerias estratégicas como com a Angola e intensificou-se o status de parceiro comercial do Brasil com a África do Sul, o que permitiu maior inserção do país nos processos econômicos do continente. Em 2001, o Brasil abriu uma missão naval em *Walvis Bay*, o único porto em águas profundas e maior porto comercial da Namíbia, um marco nas relações bilaterais.

No governo Lula, as relações Brasil-África passaram a ser priorizadas e a Comunidade dos países de Língua Portuguesa (CPLP) exerceu grande poder de influência, como a própria Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Entre os países que participaram de acordos bilaterais estão Guiné Equatorial, Namíbia, Nigéria, Moçambique, Senegal e Guiné-Bissau. No mesmo período foi cunhado pela Marinha Brasileira o termo Amazônia Azul, associado à retórica pela soberania sobre o Atlântico Sul, considerada indispensável inclusive pela segurança dos recursos naturais confirmados e estimados na Plataforma Continental e na Zona Econômica Exclusiva brasileiras.

Foi nos governos Lula que a cooperação entre as marinhas brasileira e namibiana se intensificou, consistindo em um dos carros-chefes da aproximação militar entre do Brasil com países africanos, tendo como objetivo principal garantir a segurança no Atlântico Sul (QUERO, 2013; ZANINI, 2017).

Conforme Zanini (2017, p. 17):

O Brasil, segundo a Marinha, tem dois interesses principais ao ajudar a Namíbia a construir do zero sua força naval. O primeiro garantir que o Atlântico Sul seja uma zona de paz e estabilidade, livre de ameaças como pirataria e terrorismo. O segundo, projetar militarmente o Brasil em toda essa região. A ambição é que um dia o Atlântico Sul seja um “mar brasileiro”, assim como o Atlântico Norte é área de domínio geopolítico dos Estados Unidos. Megalomaniaco e irreal, talvez, mas um desejo mal disfarçado dos almirantes brasileiros.

E o fato é que a ambição parece ter sido respaldada pelos governos Lula que, em novembro de 2003, esteve na Namíbia e, na ocasião, anunciou a criação do cargo de adido militar na Namíbia, vinculado à embaixada do Brasil, que seria o responsável em coordenar a cooperação entre os dois países visando a formação da Marinha do país africano. Além disso presenteou o país com a corveta Purus, recauchutada, de fabricação suíça pesando 900 toneladas, com 56 metros de comprimento e capacidade para 64 pessoas e 2 canhões automáticos, o presente marcaria a política de *soft power* brasileira (CAMARGO, et al, s/d), visando a presença militar na África (ZANINI, 2017, p. 14).

A Namíbia firmou-se como a maior receptora de cooperação brasileira na área de segurança de defesa, na costa atlântica africana, como aponta Aguilar (2013). Com acordos de cooperação sendo firmados a partir de 1994, desde então foram disponibilizadas vagas para a formação de praças e oficiais namibianos em escolas navais brasileiras. Os técnicos enviados pelo Brasil para a Namíbia envolveram-se da criação do Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais namibiano e curso de formação de soldados à confecção dos uniformes (AGUILAR, 2013).

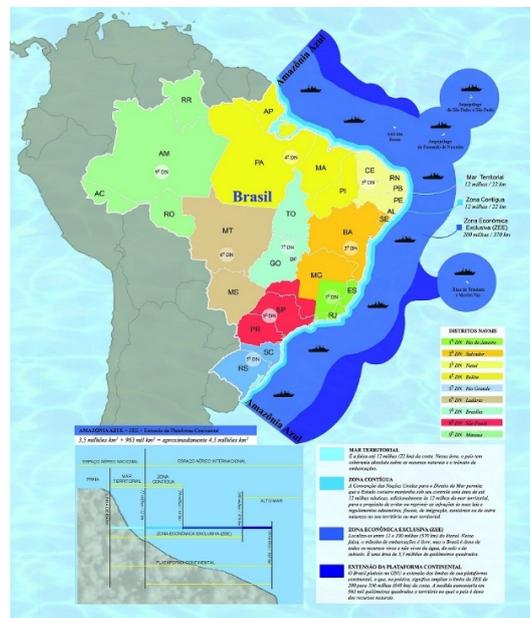
Mapa 1 – Entorno do Atlântico Sul.



Fonte: GGN – Autor: Caio Quero, 2013.

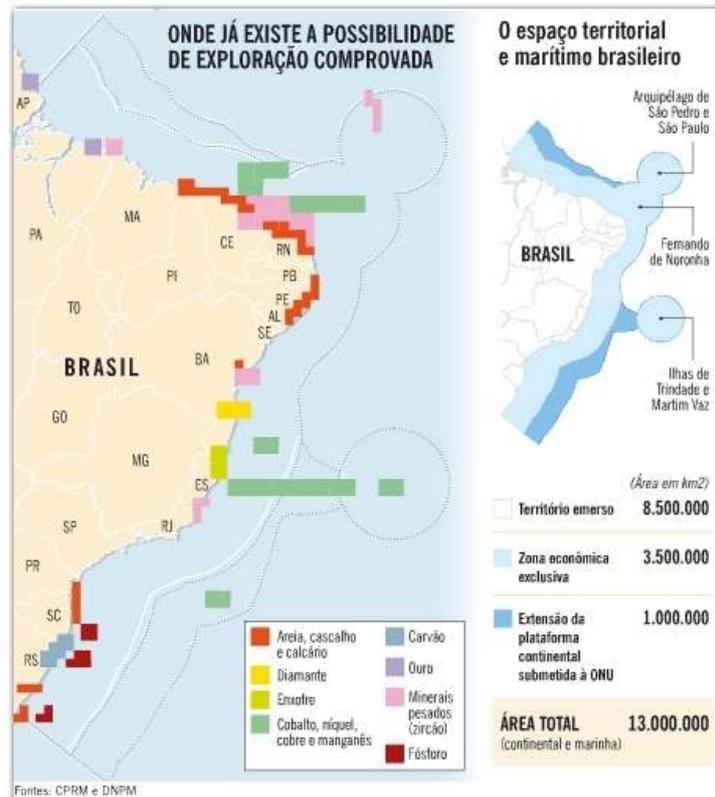
Existe preocupação com a segurança do Atlântico Sul, notadamente com a área denominada pela Marinha brasileira de *Amazônia Azul*, “fonte infindável de recursos, pelos seus incalculáveis bens naturais e pela sua biodiversidade”. O termo "Amazônia Azul" teria sido cunhado pelo almirante Roberto de Guimarães Carvalho “para, em analogia com os recursos daquela vasta região terrestre, representar sua equivalência com a área marítima”.

Mapa 2 – A Amazônia Azul.



Fonte: COSTA, 2014.

Mapa 3 – Riquezas minerais no território marítimo brasileiro.



Fonte: <https://geopoliticadopetroleo.files.wordpress.com/2010/05/1513-amazonia-azul1.jpg>. Acesso em: 27 jul. 2017.

Por razões de segurança, o interesse pela expansão da presença brasileira na costa africana tem razão de ser, além do fluxo comercial marítimo, impulsionado pela demanda por commodities, pelas descobertas do pré-sal. Para Costa (2014), “o elemento de maior significado geopolítico do Atlântico Sul é o fato de que nas suas duas bordas continentais estão localizadas as jazidas de petróleo e gás consideradas pelos especialistas como das mais promissoras do mundo”. O autor segue (COSTA, 2014):

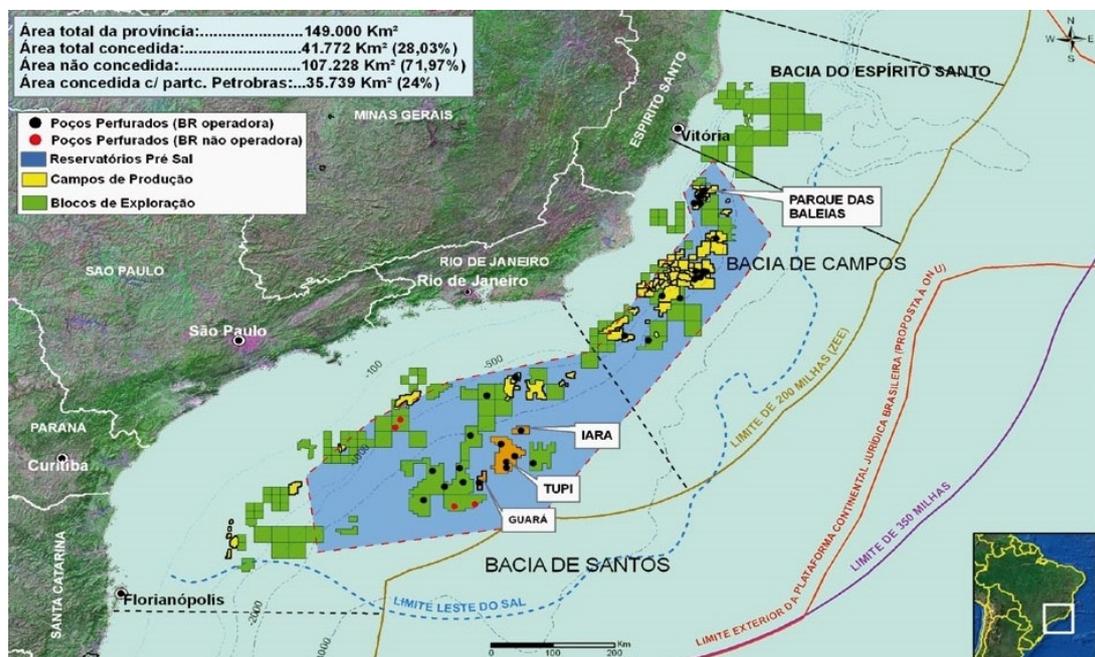
(...) o impacto das primeiras descobertas de petróleo no mar nos anos setenta e o início da sua exploração no final dessa década. A elas seguiram as novas jazidas na Bacia de Campos e principalmente os promissores campos nas águas profundas da Bacia de Santos (o Pré-Sal). Com isso o país tornou-se autossuficiente em petróleo no início dos anos 2000 e hoje quase 90% da produção provêm da exploração *offshore*. Estudos de potencialidade indicam que após a entrada em operação dos campos do Pré-Sal haverá condições de produzir excedentes e o país poderá tornar-se importante exportador de petróleo, de gás natural e dos seus derivados.

Por sua vez (COSTA, 2014):

A Amazônia Azul, área que compreende as Águas Jurisdicionais Brasileiras, é uma área estratégica do contorno brasileiro que compreende cerca de 4,5 milhões de km², região rica

e vasta, que compreende um patrimônio inestimável. É uma área de diversos recursos naturais, alguns considerados essenciais para o comércio brasileiro, como o pré-sal, petróleo, pesca e mineração. E é considerado com uma porta de frente para negociações internacionais visto que o Brasil detém uma grande área do ponto mais oriental das Américas até onde se encontra a fronteira internacional marítima. Já foi dito, por exemplo, que o Atlântico é uma grande ponte entre o Brasil e a África, vizinhos de outra margem.

Mapa 4 – Informações sobre a exploração do Pré-Sal.



Fonte: BUCHEB, 2010.

Evidentemente o potencial da região com tal nomenclatura não poderia se restringir à exploração de petróleo e gás. Costa (2014) ainda aponta que, de acordo com a Convenção do Mar e sob as devidas autorizações pela ONU para realizar prospecção e mineração em águas internacionais (Área), aplicamos o Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (Proarea) a partir de 2009, que se trata de um desdobramento do Remplac, uma parceria da Marinha do Brasil com o Serviço Geológico do Brasil para o estudo do potencial de exploração de recursos minerais na plataforma continental. Então segue (COSTA, 2014):

Os primeiros resultados exploratórios de áreas próximas a nossa plataforma continental indicam que há bom potencial para a exploração de recursos minerais de alto valor econômico e estratégico, como sulfetos polimetálicos e crostas cobaltíferas. As localizações de São Pedro e São Paulo, na Cordilheira Mesoatlântica, e da Elevação do Rio Grande, ambas em águas jurisdicionais brasileiras, favorecem esses empreendimentos.

No Arquipélado de São Pedro e São Paulo, temos um exemplo de localização estratégica que, no caso, funciona como plataforma fixa em alto-mar (a 540 milhas de Natal) de pesquisa. A

Ilha de Trindade (a 760 milhas do Rio de Janeiro), por sua vez, conta desde 2010 com presença de guarnição da Marinha, estação científica e diversos projetos de pesquisa geocientífica, oceanográfica e botânica. A estratégia de extensão da soberania marítima está fortemente associada, portanto, às conquistas nacionais em ciência e tecnologia (COSTA, 2014).

Apesar de geralmente ser tratada como uma área de interesse geopolítico periférico, a região sul do Oceano Atlântico apresenta importante fluxo de mercadorias e grandes faixas litorâneas, como do Brasil e da Argentina ao oeste e de Angola, Nigéria e África do Sul ao leste. Entre essas duas enormes faixas costeiras, existem ainda ilhas e arquipélagos de grande interesse estratégico-militar, estando as principais sob domínio britânico.

Mapa 5 – Ilhas abordadas no trabalho.



Fonte: COSTA, 2014.

Sob a nova dinâmica de relações geopolíticas na região, não podemos desconsiderar a fragilidade do Brasil no campo de segurança e defesa e na capacidade operacional de nossas forças armadas para exercer poder de dissuasão, como aponta Costa (2014), que destaca o desequilíbrio entre o avanço acelerado da diplomacia e da pesquisa científica com relação ao poderio militar.

Sobre esse aspecto, a Estratégia Nacional de Defesa do país, aprovada em 2008 pelo Ministério da Defesa, além de amplo diagnóstico das dificuldades, apresenta as prioridades da Marinha brasileira no que se refere a seus objetivos nos assuntos de segurança e defesa (BRASIL, 2008, p. 20):

a) defesa pró-ativa das plataformas petrolíferas; b) defesa pró-ativa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras; c) prontidão para responder a qualquer ameaça, por Estado ou por forças não convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio; d) capacidade de participar de operações internacionais de paz, fora do território e das águas jurisdicionais brasileiras, sob a égide das Nações Unidas ou de organismos multilaterais da região.

A importância dos esforços de cooperação e diplomacia visando a capacidade conjunta de dissuasão e defesa do Atlântico Sul e, por extensão, do nosso território se mostra grande perante tais obrigações e a disponibilidade de recursos militares próprios que não corresponde à exigência. A colaboração internacional com os países africanos que serve, estruturalmente, à nossa própria vigilância e, em efeitos práticos, considerando uma possível e eventual operação de defesa conjunta, a chamada ajuda externa à Marinha da Namíbia podem ser tidas estrategicamente como um possível incremento de nossas forças na patrulha do Atlântico Sul e de proteção da própria Amazônia Azul.

O Livro Branco de Defesa Nacional afirma que (BRASIL, 2012, p. 36):

O Atlântico Sul tem identidade histórica e características estratégicas próprias. A Resolução no 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas conclama os Estados militarmente significativos de outras regiões a não introduzirem armamentos nucleares ou outros armamentos de destruição em massa no Atlântico Sul. Sua presença militar nesse oceano deve ser reduzida e, futuramente, eliminada. Conflitos e rivalidades estranhos ao Atlântico Sul não devem ser projetados sobre ele por Estados situados em outras regiões. Ao renovar seu envolvimento com esses preceitos multilaterais, o Brasil deseja contribuir, de forma responsável e em colaboração com seus parceiros da ZOPACAS, para o aproveitamento do potencial de desenvolvimento socioeconômico da região do Atlântico Sul.

Representando uma ideia de projeção de poder, conceito distinto do original da ZOPACAS, pelo qual o movimento dos não-alinhados teria seu afastamento da bipolaridade da Guerra Fria, principalmente para o transporte de petróleo dominado por potências ocidentais e contra a proliferação de ameaças nucleares na região do Atlântico Sul (GONZALES, 2014, p. 3). A ZOPACAS foi criada em 1986 pela Assembleia Geral da ONU através da iniciativa brasileira e é formada por 24 países banhados pelo Atlântico Sul: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai (BRASIL, 2012, p. 39). A iniciativa fortaleceu as relações bilaterais e ajudou à projeção brasileira para o continente africano, sobretudo no que se refere às ações de segurança e defesa no Atlântico Sul.

Desde o início do apoio na formação da Marinha de Guerra da Namíbia, recebemos pelo menos 1.179 militares da Marinha Namibiana em intercâmbio entre 2001 e 2011 (BRASIL, 2013, p. 106). O primeiro ato a cumprir o acordo de cooperação foi a doação da ex-Corveta "Purus", em

junho de 2004. Também foi assinado um acordo para fornecimento de um navio-patrolha de 200 toneladas e de duas lanchas-patrolha para a Marinha da Namíbia. A Marinha do Brasil disponibilizou os serviços de supervisão, instalação de armas, controle de qualidade e fornecimento de treinamento operacional e apoio logístico (SCHWETHER; SOUZA, 2014).

De acordo com o capitão de fragata fuzileiro naval Stewart da Paixão Gomes, porta-voz do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil: “A Namíbia está partindo do zero. Começou conosco em 2005 e hoje, com cerca de oito anos, já se encontra com um batalhão 60% estruturado” (QUERO, 2013).

O fuzileiro naval José Calixto dos Santos Júnior, capitão de mar e guerra responsável pela primeira missão objetivando a criação de um Corpo de Fuzileiros Navais namibianos, que desembarcou em 2009, sob acordo firmado no ano anterior, explica que a estruturação era elementar a ponto de ser necessário ensinar alguns dos militares a nadar para que pudessem cumprir o papel de unidades anfíbio (QUERO, 2013).

Quero aponta que a atuação da Marinha do Brasil na formação da Marinha da Namíbia perdura até hoje, sendo que no início de 2010 foi acordada a Missão de Assessoria Naval e em 2013 teve início o Primeiro Curso de Especialização de Infantaria.

Já no campo econômico desta empreitada, entre investimentos petrolíferos e créditos fornecidos pelo BNDES, a Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron) busca ampliar a expansão de nossa influência econômica sobre a Namíbia. É importante destacar que uma importante conquista no cenário foi a delimitação da plataforma continental namibiana, em 2012 (QUERO, 2013), o que permite a regulamentação de novos projetos petrolíferos na região.

Em suma, nosso objeto de estudo são as relações Brasil-Namíbia durante os governos Lula, com foco na cooperação militar, para a formação da Marinha da Namíbia, temática que envolve a geopolítica brasileira no Atlântico Sul, o “conceito” de Amazônia Azul, a soberania sobre recursos naturais estratégicos e aumento de trocas comerciais entre os dois países.

2 DOMÍNIO MARÍTIMO DO ATLÂNTICO SUL

"A arte da guerra nos ensina a não confiar na possibilidade de que o inimigo não venha, mas na nossa própria prontidão para recebê-lo; não na possibilidade de que ele não ataque, mas no fato de que fazemos nossa posição inexpugnável."

Sun Tzu (2011, p. 102)

O vice-almirante João Carlos Gonçalves Caminha considera como domínio do mar a “efetiva utilização das superfícies oceânicas por parte de forças navais ou pela marinha mercante” (CAMINHA, 1983, p. 5). Para o autor (CAMINHA, 1983, p. 7-8):

Na prática, considera-se como estabelecido o Domínio do Mar numa área oceânica, quando as operações militares e os suprimentos econômicos tidos como indispensáveis, são conduzidos através dessa área sem perdas inaceitáveis. O maior ou menor uso de uma área marítima por navios mercantes, protegidos ou não, define o maior ou menor grau de Domínio do Mar.

Para Julian Corbett (1911, p. 90):

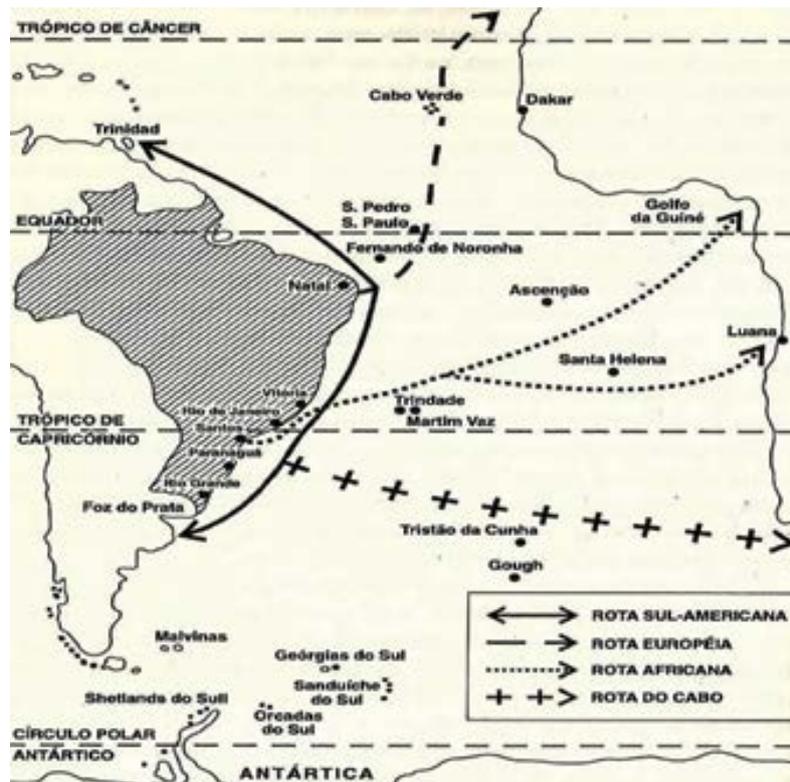
O comando do mar não significa outra coisa que o controle das comunicações marítimas, seja por propósitos comerciais ou militares. O objeto da guerra naval é o controle das comunicações, e não, como na guerra terrestre, a conquista do território.

Dessa forma, o domínio (ou comando) do mar pode ser caracterizado por três graus: aquele no qual um dos lados nega ao outro o uso da superfície do mar e dele se beneficia, sem grande interferência; aquele no qual o domínio é disputado; e, por fim, aquele no qual o uso da superfície é negado ao oponente, mas sem aproveitá-lo diretamente em benefício próprio.

Indo ao ponto: até hoje se configura como um dos grandes pontos de tensão na região do Atlântico Sul a presença britânica em triângulos estratégicos, o que inclui o desejo de expansão na plataforma continental no território das Ilhas Malvinas, velha disputa de soberania entre Reino Unido e Argentina, por parte da Inglaterra, com o objetivo de explorar os recursos minerais da área.

A tese da triangulação insular no Atlântico Sul foi desenvolvida por Therezinha de Castro (1999) e identifica três triângulos geoestratégicos, que podem ser cruzados com as cinco rotas do Atlântico Sul propostas pela autora como cruciais para a projeção político-econômica do Brasil: As rotas Sul-Americana, Europeia, Africana e do Cabo. A geoestratégia é definida por Souza (2008) como a análise das relações entre as problemáticas estratégicas e os fatores geográficos, procurando deduzir a influência dos fatores geopolíticos nas conjunturas estratégicas e no alcance de objetivos.

Mapa 6 – Rotas propostas por Therezinha de Castro.



Fonte: CASTRO, 1999, p. 180.

Os triângulos localizam-se entre as ilhas de: 1) Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha, coincidindo cartograficamente com a Rota do Cabo; 2) Fernando de Noronha, Ilha Trindade e Arquipélago das Malvinas, constituindo importantes postos de guarda para costa americana do Atlântico Sul; 3) Arquipélagos Shetlands do Sul, Orcadas do Sul e ilha de Gonçalo Álvares, juntamente das ilhas de Geórgia do Sul e Sandwich do Sul. O primeiro triângulo encontra-se sob soberania britânica; o segundo apresenta domínio britânico das Ilhas Malvinas e brasileiro das outras duas; no terceiro triângulo, o arquipélago de Shetlands é reivindicado pelo Reino Unido, pelo Chile e pela Argentina, o de Orcadas do Sul é reivindicado pela Argentina e pelo Reino Unido (onde há presença militar dos dois países), enquanto as ilhas de Gonçalo Álvares, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul fazem parte dos territórios britânicos ultramarinos.

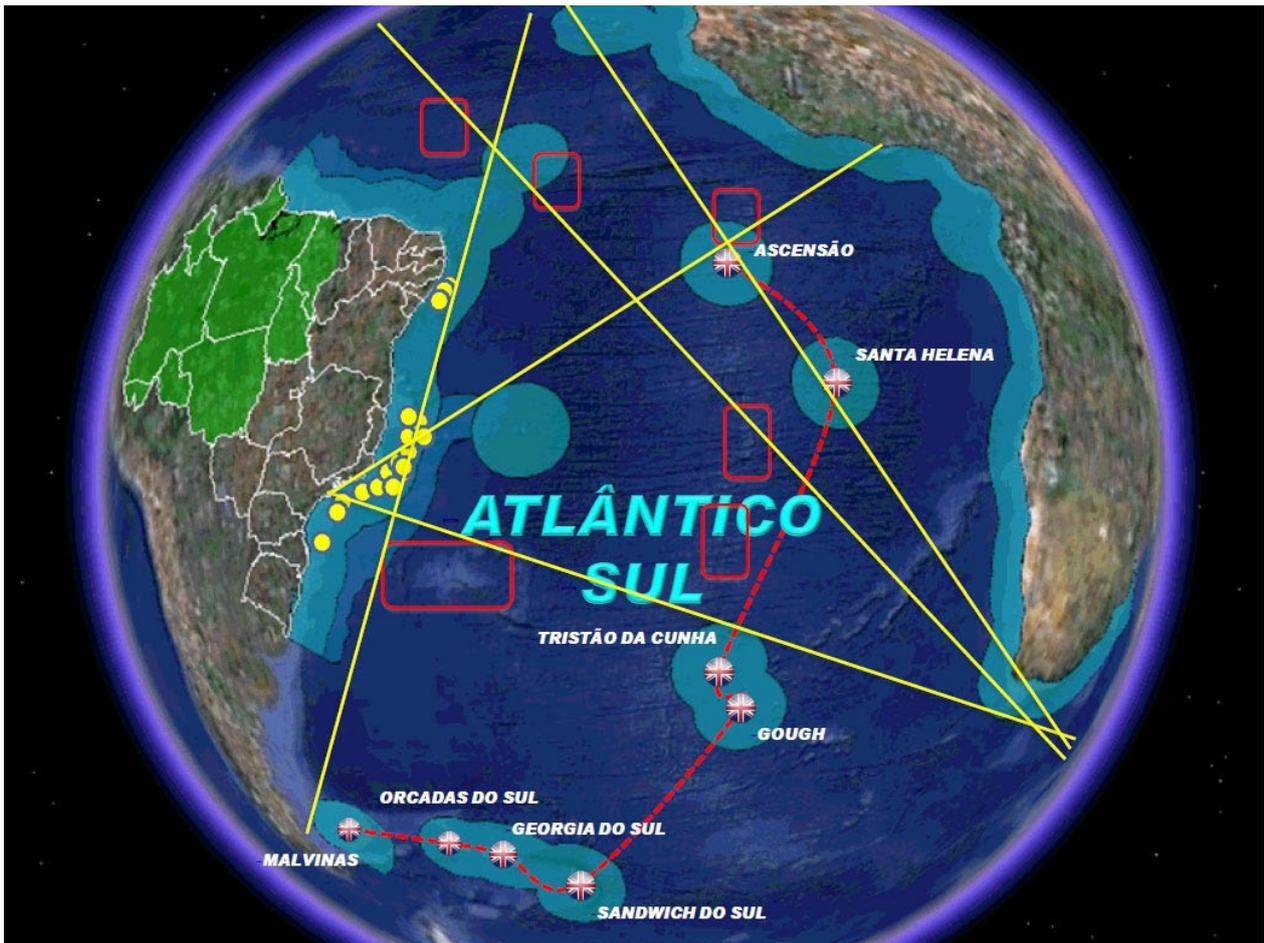
Mapa 7 – Representação cartográfica da Tese da Triangulação Insular no Atlântico Sul.



Fonte: CASTRO, 1999, p. 310.

É importante notar também que, entre as ilhas Malvinas e a Ilha de Ascensão, passando pelas Orcadas do Sul, Georgia do Sul, Sandwich do Sul, Gough (ou Gonçalo Álvares), Tristão da Cunha e Santa Helena, há a formação de um cinturão controlado pelo Reino Unido entre parte do litoral sul-americano e africano, com grande importância para o domínio militar da região.

Mapa 8 – Triângulos e cinturão geoestratégico formados por ilhas com presença britânica.

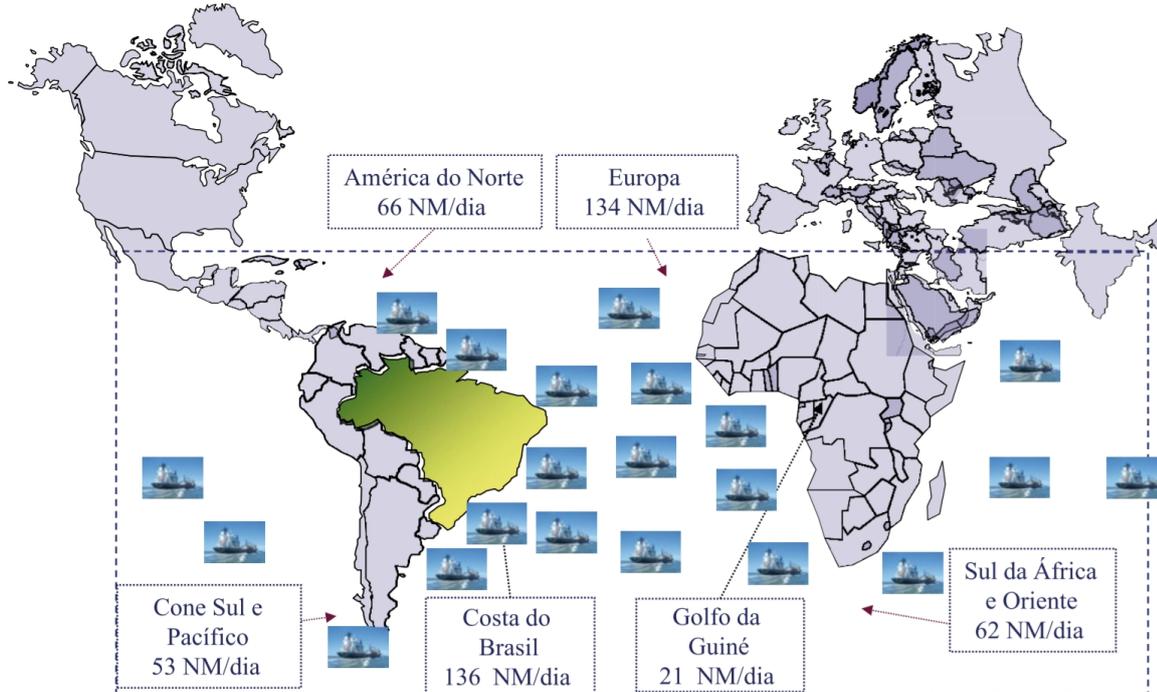


Fonte: REIS, 2011.

A lógica de posicionamento britânico na região segue a tese de Mahan (1890) que aponta para a necessidade de se estabelecer o controle de pontos que permitam poder de defesa assegurando linhas de comunicação marítimas. A Figura 9 representa as linhas comerciais marítimas brasileiras em 2011, medidas em milhas náuticas (uma milha náutica equivale a 1.852 metros) por dia. Essas linhas representam o grosso de nossa exportação e não perderam relevância desde então. Quanto ao bloqueio de linhas, aqui comerciais, caso fosse efetuado o de qualquer uma dessas, a economia nacional sofreria um grande impacto.

Mapa 9 – Mapa sobre linhas comerciais marítimas brasileiras.

Linhas comerciais marítimas brasileiras



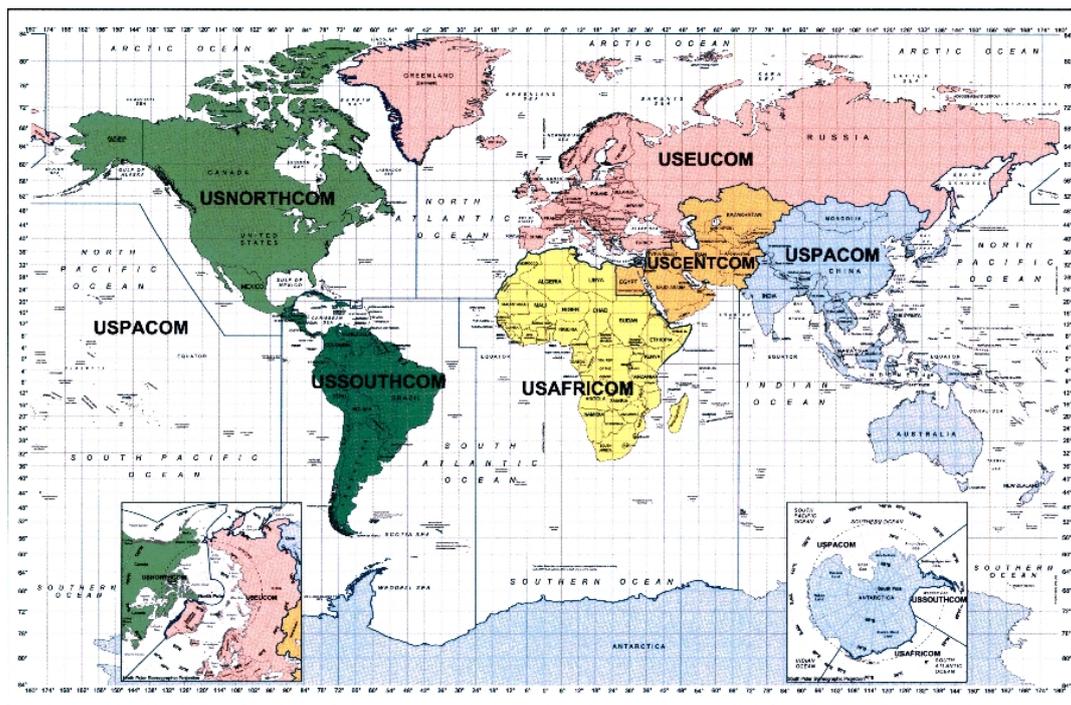
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo.

Fonte: REIS, 2011.

Assim, o país construiu duas grandes bases militares com capacidade para operações navais e aéreas na ilha de Ascensão, onde atua junto dos EUA, que também possuem instalações de grande porte próprias, e nas Ilhas Malvinas, onde há permanente uma esquadrilha de aviões Tornado, um navio patrulha e um navio escolta.

Os Estados Unidos, por sua vez, realizam exercícios periódicos no Atlântico Sul sob a justificativa de combate ao narcotráfico e manutenção dos exercícios navais, possuindo, além das instalações na ilha de Ascensão, dois comandos militares para atuar na região: “o USSOUTHCOM, criado em 1963; e o USAFRICOM, constituído em 2007.” (BROZOSKI, 2013, p 74).

Mapa 10 – Mapa *The World With Commanders' Areas of Responsibility*.



Fonte: <http://www.defense.gov/ucc/>. Acesso em: 27 jul. 2018

A Namíbia, assim como Nigéria e Angola, representam berços para três novas bases “de reabastecimento” (conhecidas por *overseas strategic support bases*) planejadas pela China para o Atlântico Sul juntamente de 15 outras no Oceano Índico, parte da estratégia de *hard power*, emprego de recursos militares e econômicos com potência coercitiva, com a estruturação de uma marinha de alto mar (força marítima de projeção global, atuante essencialmente em águas profundas) e intensa influência econômica na região através de comércio, investimento direto e financiamento (NEVES, 2013, p. 76-80). De acordo com Miguel Santos Neves (2013, p. 75):

Esta estratégia de afirmação como ator global levou a China a expandir a sua influência para fora da Ásia, em especial em África e na América Latina e mais recentemente na UE, tirando partido do enfraquecimento das relações dos Estados Unidos com estas regiões, procurando articular três objetivos fundamentais: (i) assegurar o controlo sobre recursos estratégicos, em especial energéticos, fundamentais para garantir a segurança energética e a continuidade do crescimento económico extensivo chinês e reduzir a vulnerabilidade diversificando o risco; (ii) promover a erosão do *soft power* americano e europeu em espaços de influência tradicional, limitando a sua margem de manobra; (iii) diversificar mercados com o duplo propósito de reduzir a pressão política relacionada com os excedentes comerciais e responder antecipadamente a problemas futuros de diminuição de competitividade das exportações chinesas.

Os recursos energéticos, especialmente o petróleo, correspondem ao principal produto importado pela China, sendo que cerca de 50% dessa produção advém do Oriente Médio, gerando uma dependência que pode ser relativamente compensada pela extração *offshore* no Atlântico Sul,

correspondendo a 21,5% das importações petrolíferas chinesas em 2013, representada por Angola, segundo maior fornecedor chinês, com 623 mil barris/dia em 2012 (12% do total no ano), Venezuela, oitavo maior (230 mil barris/dia; 4,5%), seguida do Brasil (134 mil barris/dia; 2,7%) e do Congo (113 mil barris/dia; 2,3%). (NEVES, 2013, p. 76-77).

O controle de recursos energéticos por empresas petrolíferas chinesas e o fenômeno de *land grabbing* fazem parte da estratégia chinesa, mas fogem ao escopo deste trabalho, assim como a crescente presença econômica indiana na região, e são citados de modo a demonstrar a importância da região para diferentes atores internacionais, em geral emergentes, que competem pela influência na região, e sua vulnerabilidade geoestratégica, em parte pela pouca atenção recebida tradicionalmente.

Também existe o potencial de intervenção francês, que apresenta capacidade marítima de intervir em até três dias na maior parte das áreas de conflito em potencial, de acordo com o adido de Defesa da França (FARIA, 2011, p.90).

Mapa 11 – Mapa sobre áreas de possível intervenção naval francesa.



Fonte: FARIA, 2011.

Mapa 12 – Mapa *France and US' eyes on Africa*.



Fonte: Le Monde Diplomatique – Autor: Philippe Rekacewicz, 2013.

3 ESTRATÉGIA

“(...) war is simply a continuation of political intercourse, with the addition of other means.”

Carl von Clausewitz (1976, p. 605)

Fica evidente, pela exposição anterior, que o Atlântico Sul representa área de interesse estratégico-militar, de modo que seu domínio representa poder de interceptação de muitas rotas comerciais internacionais cruciais para a economia do Brasil e de navios de eventuais inimigos. É oportuno, portanto, abordar a estratégia concernente ao caso de cooperação estudado e esclarecer suas bases teóricas.

Cabe aqui uma digressão sobre o conceito de estratégia: termo originado da palavra grega *estratego* (στρατηγός), “líder de exército” ou “condutor de tropas”, usada para designar, na Grécia Antiga, o título hoje conhecido como general. Entre muitas definições ao longo da história, mais recentemente o general francês André Beaufre, assumindo que a política internacional constitui um ambiente relativamente anárquico, como realista, afirma que a estratégia é “a arte da dialética das vontades que empregam as forças para resolver seu conflito” (BEAUFRE, 1965 p. 29).

Essa “arte da dialética” prevê planejamento, através do qual ocorre o ajuste dos meios para se alcançar determinados fins. É também eminente a ameaça e a possibilidade do uso da força,

identificado em última instância pela violência letal. Assim, Hector Luis Saint-Pierre (2018, P. 370) define a estratégia como:

(...) a planificação da ação futura, da adequação racional dos meios que permitam alcançar fins desejados, sabendo que para isso haverá que enfrentar outra vontade oposta à realização desses fins, a qual também se planifica e se prepara para evitar que eles sejam realizados; que as duas vontades estão decididas a empregar toda a violência ao seu alcance pelo seu objetivo; e ambas são conscientes de que a possibilidade da morte é um dado espreitando a falha da planificação.

Os estudos estratégicos, portanto, analisam os fatores relacionados ao uso da força no confronto entre diferentes objetivos. Então é a força que diferencia a estratégia dos outros campos de análise nas relações internacionais (SAINT-PIERRE; VITELLI, 2018). As etapas do planejamento estratégico são as mesmas de praticamente qualquer processo de tomada de decisão: análise da situação, estabelecimento de linhas de ação de acordo com o objetivo pretendido e a seleção de uma dessas linhas de ação. Então o estrategista deve, levando em conta a natureza psicológica da estratégia e da guerra, lidar com informações de toda natureza, trabalhando com dados precisos e imprecisos, leis científicas e evidências anedóticas, opinião de especialistas e informações obtidas por meio de traidores etc., tudo isso com racionalidade.

Sobre o aspecto dinâmico, complexo e generalista da estratégia, Caminha, que considera o ponto de partida da estratégia como a política e o de chegada como a tática, observa (CAMINHA, 1983, p. 156):

As dúvidas quanto à validade das generalizações implícitas em concepções teóricas, as desconfianças em relação às soluções doutrinárias e a evidência de que toda situação estratégica é única encarecem a necessidade de um método que considere todos os fatores da situação com o maior rigor possível.

Saint-Pierre segue, “dentro do exercício teórico da reflexão estratégica”, distinguindo três níveis analíticos (e práticos) do objeto de estudo: político, estratégico e tático. O nível político corresponde às decisões fundamentais e gerais, que guiarão as decisões de conflito de interesses (ou guerra). É no plano político que reside o comando maior, especialmente de planificação; nele são decididos os objetivos gerais e são estabelecidas as alianças, articulando-se estratégia e diplomacia. O nível estratégico compreende o “comportamento geral na guerra”, sendo por ele definidas as ações e o planejamento das operações. Trata das decisões referentes à aplicação dos meios a serem utilizados para se alcançar os fins determinados politicamente. “No nível estratégico, o tempo, o espaço e intensidade da força são considerados como um todo” (SAINT-PIERRE; VITELLI, 2018, p. 371).

O nível tático, por sua vez, diz respeito à atitude na batalha, às manobras e aos combates, objetivando concretizar aquilo que foi definido nos delineamentos estratégicos. A força, o tempo e o espaço são considerados de acordo com o combate, o qual depende de cuidadoso planejamento do emprego de unidades de diferentes características (artilharia, aérea, naval etc.); da atitude (ofensiva, defensiva); da forma (movimento, posicionamento); da duração do combate etc. (SAINT-PIERRE; VITELLI, 2018).

3.1 Modelos Teóricos da Estratégia

Após a Primeira Guerra Mundial, o coronel inglês Liddel Hart, atribuiu a tragédia aos ensinamentos de Clausewits, que podem ser identificados como a sistematização moderna do modelo teórico da estratégia clássica, focada na concentração de forças e na busca pela vitória no teatro de combate principal. As trincheiras e a metralhadora se mostraram a quebra prática do paradigma teórico até então vigente (SAINT-PIERRE; VITELLI, 2018).

É atribuída a Hart, a principal reflexão sobre a estratégia indireta, que surgiu como proposta de superação teórica do modelo clássico e cujos princípios gerais podem ser encontrados ao menos desde a obra de Sun Tzu, *A Arte da Guerra* (SAINT-PIERRE; VITELLI, 2018).

Hart propõe os seguintes princípios para o modelo de estratégia indireta (SAINT-PIERRE; VITELLI, 2018, p. 373):

a) a dispersão do adversário pela abordagem direta; a diversão do ataque deve forçar o inimigo a abrir suas tropas para cobrir os flancos e antecipar os ataques, e, com isso, pode desequilibrar sua estrutura estratégica; b) o ataque deve buscar a surpresa através de ações imprevistas, criando em cada movimento a disjuntiva na mente do comandante inimigo; c) a ação principal deve ser realizada na parte mais fraca do aparelho inimigo, de modo a garantir a vitória, ainda que pequena, mas que permita elevar o moral da própria tropa e desmoralizar a do inimigo (ação do forte contra o fraco); d) evitar o confronto no cenário principal, que deverá cair pelo enfraquecimento da estrutura do dispositivo geral pela desestabilização; portanto, procurar a decisão nos teatros secundários.

Outro modelo relevante é o da estratégia atômica, profundamente desenvolvido por Beaufre. Além de todo aspecto dissuasório de um potencial confronto entre potências nucleares, o general aborda como um dos principais aspectos do modelo dissuasório-atômico uma ameaça tamanha de represálias por um ataque nuclear que retire do inimigo a intenção de efetuar uma agressão do gênero (BEAUFRE, 1980).

3.2 Política e Estratégia Nacionais de Defesa

A *Política Nacional de Defesa* delinea os objetivos gerais para a defesa nacional, enquanto a *Estratégia Nacional de Defesa* (ambos constituem um mesmo documento) é responsável pelas diretrizes que colocam em prática a política de defesa, articulando-a aos demais setores nacionais.

A primeira versão da Estratégia Nacional de Defesa (END) foi publicada em 2008. Entre suas principais diretrizes, estão relacionadas ao caso em estudo, o foco no desenvolvimento do submarino de propulsão nuclear da Marinha, o monitoramento e controle de e abordagem nas águas jurisdicionais brasileiras em tempos de paz e a ameaça de conflito no Atlântico Sul (BRASIL, 2008).

Em 2012, foi publicada a segunda versão da END, cuja descontinuidade com relação ao documento anterior pode suscitar críticas, como a não definição de possíveis ameaças ao país e a dificuldade de sua execução em face da realidade nacional, especialmente de sua capacidade de investimento. Em linhas gerais, o documento articula a defesa às políticas econômica e de desenvolvimento. Dessa forma, pode ser relacionado à concepção de “grande estratégia” do diplomata João Paulo Soares Alsina Júnior, que dialoga com o trabalho de autores como Brands (grande estratégia como conjunto coerente de ideias que guia as ações de um país de modo a cumprir seus objetivos em interação com o mundo, representando uma lógica de atuação a longo prazo) e Williamson Murray (posição geográfica e imediações do país como fator mais básico a ser considerado e importância atribuída a formas de organização social, lideranças políticas e alianças militares), mas quebra com a tradição de colocar apenas a dimensão militar no centro da análise (ALSINA JR, 2014; BRANDS, 2014; BRASIL, 2012; MURRAY, 2011).

O ex-ministro das Relações Exteriores e da Defesa Celso Amorim, em consonância com Alsina Jr., afirma que o Brasil não poderia superar seus problemas sociais e econômicos sem eliminar os obstáculos externos à sua ascensão, o que relaciona a manter a estabilidade do sistema internacional, evitar guerras centrais e reforçar o multilateralismo (AMORIM et al., 2016, p. 305-309).

Amorim segue, conferindo destaque à dissuasão, que define como a capacidade de desencorajar agressões à soberania nacional por terceiros. A partir de uma capacidade dissuasória convincente, o país garantiria o equilíbrio de poder crucial para sua inserção internacional. O Brasil deve, portanto, fortalecer suas defesas, promover a multipolaridade e estar preparado para eventuais ameaças. Tocando diretamente no caso em foco, o autor ressalta a grande importância do Atlântico Sul, envolvendo o continente africano em nosso *entorno estratégico* — “região onde o Brasil quer irradiar, preferencialmente, sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar”

(FIORI, 2013). Assim, o Brasil deveria, a longo prazo, formar um “cinturão de boa vontade” para evitar a eventual entrada de forças hostis em ambiente pacífico (AMORIM et al., 2016).

Ambos os autores brasileiros concordam que defesa e diplomacia são integradas e que o poder de barganha diplomática deve ser respaldado por poder militar dissuasório, ou seja: em termos de *soft power* (poder brando, definido por Joseph Nye como a capacidade de atrair ou cooptar os outros para que queiram o mesmo que você), este depende do suporte habilitador do *hard power* (poder duro, definido por Nye, através de uma analogia com paus e cenouras, como o uso de meios econômicos e militares, induções e ameaças, para que outros sigam seus objetivos, não se pautando por diplomacia como o *soft power*). (ALSINA JR, 2009; AMORIM, 2016; NYE, 2003, 2004).

A partir das críticas, Proença Júnior e Diniz (1998) apontam a necessidade de algum grau de continuidade na política de defesa, devido à amplitude temporal das relações internacionais e aos tempo e custo de manutenção de projetos e aparatos militares, o que requisita continuidade de decisões na área. A falta dessa noção nos documentos oficiais é identificada pelo autor como reflexo da ausência de um projeto de país.

4 DIPLOMACIA

“A country that demands moral perfection in its foreign policy will achieve neither perfection nor security.”

Henry A. Kissinger (1994, p. 130)

Henry A. Kissinger (1994) utiliza o termo “diplomacia” para definir as linhas gerais da projeção externa de um Estado sob diferentes contextos. O autor compreende a diplomacia como formada por atividades de aspecto estratégico e tático que perfilam a linha de atuação geral do Estado em sua política externa. García-Saúco (2016, p. 11) afirma que “poucas atividades humanas no âmbito exterior têm estado tão intrinsecamente vinculadas e entrelaçadas, no nível conceitual e em termos operativos, quanto a diplomacia e a defesa”. Winand (2016) aponta que a incongruente relação entre o Itamaraty e as Forças Armadas favorece, no Brasil, a percepção de que são campos opostos ao invés de sinérgicos.

À relação entre as duas áreas aparentemente dicotômicas, pode ser aplicado o conceito de diplomacia de defesa, cuja definição não é consensual. De todo modo, Silva (2015) a caracteriza pelo aparato relativo à organização da defesa, como o Ministério da Defesa e seus funcionários civis, não se resumindo a questões militares ou técnicas, mas tratando também da política estratégica. São exemplos de atividades da diplomacia militar: as reuniões bilaterais; o intercâmbio

de alunos militares; treinamento, operações e exercícios conjuntos; acordos e tratados voltados à defesa. Todas estas realizadas no caso em estudo.

4.1 Política Externa Brasileira

Durante os governos Lula e Dilma, houve um resgate da discussão sobre o “congelamento do poder mundial”, conceito proposto em 1972 pelo então embaixador João Augusto de Araújo Castro. A diplomacia brasileira segue trabalhando, conscientemente ou não, com tal conceito. Considerando não apenas o poder militar, mas também os poderes político, econômico, científico e tecnológico, a tese se caracteriza pela noção de que há uma “indisfarçada tendência” no sentido desse congelamento, cuja ruptura poderia se dar de duas formas distintas: a) um país acumular, isoladamente, uma grandiosa soma de poder interno, projetando tais recursos para o sistema internacional, de modo que o poder mundial se descongele para esse ator, que passaria a ser mais um membro do grupo de atores privilegiados; b) sob a perspectiva de que o poder mundial não irá se descongelar pelo desenvolvimento isolado, seja pela falta de condições e recursos percebida, pela noção de que tal desigualdade é uma condição inerente ao sistema internacional ou por questão de ética, buscar-se-ia a cooperação diplomática, almejando a ruptura do congelamento de poder mundial pela interação entre países, sendo imediatamente acompanhada pela formação de uma nova ordem internacional cujas hierarquias de poder não sejam mais determinantes. Os dois caminhos possíveis seriam, portanto, o de acumulação interna de recursos ou o de uma diplomacia que busque coletivamente a ruptura do poder mundial (CASTRO, J. A., 1972).

Antonio Carlos Peixoto (OLIVEIRA, 1987) afirma que a política externa nacional não é clara devido à não definição pela busca de acumulação interna ou o alargamento dos mecanismos de cooperação. De acordo com o autor, “a impressão que se tem é que o Brasil oscila de um para outro” (OLIVEIRA, 1987, p. 152). O coronel Geraldo Lesbat Cavagnari Filho (OLIVEIRA, 1987) discorda dessa visão, afirmando que fica explícito quanto às intenções da política externa brasileira que esta rejeita o *status* de potência hegemônica, inclusive por razões éticas, levando em conta a sujeição dos países subdesenvolvidos a uma forma de divisão internacional do trabalho que os condena indefinidamente “à miséria”. Essa rejeição se reflete nos esforços de cooperação, na busca pela solução pacífica de conflitos e na prudência de nossa diplomacia em evitar compromissos absolutos e riscos desnecessários (OLIVEIRA, 1987).

5 DISSUAÇÃO

“In the end, peace can be achieved only by hegemony or by balance of power.”

Henry A. Kissinger (1988)

Intimamente ligada à estratégia e à diplomacia, está a dissuasão. Esta pode ser entendida como um meio de convencimento quando há a busca de se moldar ou induzir o comportamento de outros elementos como forma de desestimular certas decisões. Um dos primeiros clássicos sobre o tema é a obra *Strategy in the Missile Ages*, de Bernard Brodie (1959), na qual o autor identifica a dúvida como um dos principais fatores dissuasórios. Fica evidente a subjetividade do conceito devido aos elementos psicológicos envolvidos. Brodie, então, destaca que a capacidade de retaliação que resulte em poder dissuasório não precisa ser a de vencer a guerra, mas sim de oferecer ameaça real à segurança do potencial agressor.

Raymond Aron (2002), em *Paz e guerra entre as nações*, atrela o sucesso da dissuasão a três fatores intermutáveis: o psicológico, compreendendo a capacidade de gerar temor no alvo da dissuasão; o técnico, relacionado ao desenvolvimento de armamentos; o político, relacionado às vantagens e desvantagens de reação no caso de hostilidades praticadas pelo dissuadido. Com relação à técnica, essa estratégia de dissuasão pode ser dividida entre convencional e nuclear: no caso da primeira, compreende a ameaça de uma retaliação tão intensa que o primeiro ataque seja desconsiderado; no caso nuclear, diz respeito à posse e desenvolvimento dispositivos atômicos (ARON, 2002).

No caso do Brasil e da cooperação em análise, é solar que os meios militares de defesa do Atlântico Sul contra grandes potências só poderiam ser usados de forma assimétrica, portanto as estratégias dissuasórias seguem a lógica *A2,AD*, sigla que significa antiacesso (*anti-access*, A2 ou AA) e negação de área (*area-denial*, AD). Sob essa lógica, ao invés de se usar capacidades militares de potencial similar às do oponente, são utilizados meios menos onerosos que buscam evitar a derrota no lugar de conquistar a vitória plena (KATSANOS, 2014).

6 PODERES E ESTRATÉGIAS MARÍTIMOS E NAVAIS

“It is not the taking of individual ships or convoys, be they few or many, that strikes down the money power of a nation; it is the possession of that overbearing power on the sea which drives the enemy's flag from it”

Alfred T. Mahan (1890)

O Ministério da Defesa do Brasil define o poder marítimo como “resultante da integração de recursos que capacitam a nação à utilização do mar e águas interiores, quer como instrumento da ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social” (BRASIL, 2016, p. 211).

Richmond (1934) identifica o poder marítimo pela “capacidade de exercer controle sobre as rotas marítimas dos mercados do mundo e, portanto, de influenciar o curso dos eventos mundiais” (RICHMOND, 1934, p. 29-30). O autor considera que tal poder tem duas razões de ser: a necessidade originada na busca por meios de vida para um povo e sua defesa contra a dominação por outros; e o desejo, por um Estado, de conquista ou de impor sua vontade a outro. Dessa relação entre governo, povo e maritimidade, Mahan inclui o “caráter de política dos governos” e o “caráter nacional” entre os elementos do poder marítimo (MAHAN, 1890; RICHMOND, 1934).

Já para Tangredi, é um conceito que engloba ao menos três elementos: “o controle da troca e comércio internacionais; a operação das marinhas na guerra; e o uso das marinhas como instrumento da diplomacia, dissuasão e influência política em tempos de paz” (TANGREDI, 2002, p. 114). Dessa forma, não apenas o aparato bélico, como também a marinha mercante, a infraestrutura marítima e hidroviária, a indústria naval e da pesca, os serviços de transportes aquaviários, as organizações de desenvolvimento tecnológico e pesquisa voltadas ao aproveitamento dos recursos do mar e de seu leito etc. estão relacionados ao poder marítimo.

Para Caminha (1983, p. 17):

O crescimento da Marinha Mercante não se faz em bases sólidas se, paralelamente, não for acompanhado do crescimento dos demais elementos essenciais do sistema de transporte marítimo, mormente dos portos com suas instalações, dos estaleiros de construções e reparos e do estabelecimento de agências comerciais. Todo o vasto complexo industrial-comercial que na paz faz funcionar o tráfego marítimo, na guerra transforma-se em elo vital à exploração do Domínio do Mar e em pontos de apoio ao desenvolvimento de operações navais destinadas a negar ao inimigo o uso do mar. Cabe realçar o papel, por vezes negligenciado, dos Estabelecimentos e Agências Comerciais como elementos de Poder Marítimo. É essa rede que em grande parte faculta o desenvolvimento das operações nas regiões desprovidas de elementos estáticos do Poder Naval, ou seja, as Bases e as Estações Navais.

Para ressaltar a importância do poder marítimo, Caminha afirma que ele tende a atuar de forma cada vez mais marcante com o passar do tempo em guerras globais. Se baseia também na avaliação de estudiosos, com destaque para Liddel Hart, de que a Primeira Guerra Mundial foi decidida essencialmente pelo bloqueio marítimo imposto pelos Aliados à Alemanha (CAMINHA, 1983).

Nas palavras de Winston Churchill sobre a Segunda Guerra Mundial, que Caminha reputa como o conflito no qual o poder marítimo mais influenciou no curso dos acontecimentos (1948, p. 109):

Podíamos ganhar ou perder batalhas, obter êxitos ou sofrer fracassos, capturar ou abandonar territórios, porém o nosso domínio sobre as rotas marítimas e o livre acesso aos nossos portos estavam acima de tudo para podermos prosseguir na guerra ou mesmo para mantermo-nos vivos.

6.1 Poder Naval

O poder naval, parte integrante do marítimo, diz respeito ao poder nacional de atuar militarmente no mar, em águas interiores ou em porções terrestres de interesse para operações navais. As tarefas básicas atribuídas ao poder naval brasileiro pelo Glossário das Forças Armadas são “contribuir para a dissuasão”, “negar o uso do mar”, “controlar área marítima” e “projetar poder sobre terra” (BRASIL, 2016, p. 122, 212).

Partindo do grau de domínio do mar abordado no segundo capítulo, são identificáveis cinco funções estratégicas (ou efeitos básicos) de acordo com as quais o poder naval costuma ser empregado: a) impedir o inimigo de efetuar o transporte de sua força militar pelo mar; b) pressionar o inimigo econômica e militarmente, impedindo-o de receber e exportar recursos e bens (o que se estende às nações neutras, que também podem ser impedidas de realizar trocas comerciais com o inimigo); c) proteger, de ataque inimigo, os navios amigos que realizam o tráfego marítimo necessário ao apoio da economia de guerra; d) proteger a própria força militar e a linha de suprimentos em seus deslocamentos; e) apoiar as outras Forças na conquista de seus objetivos. Estes podem ser identificados como os propósitos mais abrangentes do emprego do poder naval (CAMINHA, 1983).

Sobre a presença naval em seu aspecto móvel, Pinto (1938, p. 60) propõe o seguinte em seu estudo sobre *O emprego do poder naval em tempos de paz*:

Em termos navais, a presença é uma das formas mais eficazes para minimizar vulnerabilidades, ou até mesmo de encobri-las. De qualquer forma, contribui decisivamente para dissuadir os agressores potenciais. (...) As crises surgidas em decorrência de problemas costeiros são quase sempre originárias da pouca importância atribuída à vigilância das águas nacionais. Países que costumam empregar suas forças navais com mais constância geralmente escapam às invasões indevidas de suas águas. Em termos estratégicos, seria dispor das forças navais ofensivamente para exercer o controle de área marítima, ao invés de mantê-las passivamente afastadas do teatro de operações, deixando ao oponente plena liberdade de atuação. (...) A defesa dos interesses marítimos nacionais, em tempo de paz, deverá estar assegurada, na medida em que as forças navais forem empregadas nas modalidades apresentadas para a situação de normalidade. Através do emprego frequente das forças navais, será lograda a presença naval, que por si só é a forma mais eficaz para dissuadir ousadias e intentos dolosos. Ademais, ao empregarem-se as forças navais nas modalidades analisadas, a proteção dos interesses marítimos será obtida complementarmente, o que é mais conveniente, principalmente em relação às Marinhas de menor porte.

Quanto ao elemento estático do poder naval, sua representação se dá pela base naval, devido aos meios revitalizadores dos elementos dinâmicos nela se encontrarem. Para o máximo aproveitamento do emprego de forças navais, são necessárias bases navais bem localizadas, equipadas, abastecidas e guarnecidas. Caminha (1983, p. 66) observa que:

(...) o Poder Naval é um produto da força naval pela posição em que a mesma se apoia. Se um dos fatores é zero, o produto também o é. (...) Quanto mais poderosa é a força naval e mais favoráveis as posições de apoio, maior o produto e, conseqüentemente, maior o Poder Naval.

Como indício histórico, Caminha se refere à Batalha do Atlântico (1983, p. 67):

O apoio às escoltas dos comboios que cruzavam tanto o Atlântico Norte como o Sul foi prestado, em grandes medidas, através de instalações nos portos comerciais mais bem posicionados geograficamente em relação às rotas adotadas pelos comboios. Assim, os portos de Nova York, Boston, Halifax, Liverpool, Glasgow, Bristol, Recife, Rio de Janeiro etc., contribuíram para o sucesso da Batalha do Atlântico como elementos estáticos do Poder Naval.

O executor do poder naval é a marinha de guerra. A versatilidade dessas instituições as confere um amplo conjunto de possibilidades de emprego em casos de crises ou conflitos, desde apoio à diplomacia ao uso pleno do poder naval em combate. Em tempos de paz, por sua vez, exercem grande pressão no estímulo à confiança mútua quando da participação em exercícios conjuntos. Tal potencial diplomático dá origem ao conceito de “diplomacia naval”, subordinado à “diplomacia de defesa” (SILVA, 2015).

William de Sousa Moreira fala o seguinte sobre as marinhas (SAINT-PIERRE; VITELLI, 2018, p. 613):

(...) são empreendimentos de longo prazo. Projetos estratégicos de defesa voltados ao ambiente marinho requerem recursos de vulto, são intensivos em tecnologia e podem levar vários anos para se concretizarem. Cada geração tem, pois, o dever irrenunciável de decidir com que meios a vindoura contará quando sobreviverem contingências ou ameaças à soberania nacional. Isso requer planejamento continuado, com pessoal qualificado e metodologia apropriada.

Dessa forma, um “país-baleia” (SAINT-PIERRE; VITELLI, 2018, p. 427) como o Brasil, revela consideravelmente as noções estratégicas predominantes em seu planejamento, como a identificação de ameaças e a posição buscada para o país no sistema internacional, através da composição de sua Marinha. Como potência média, o país tem focado, em termos de estratégia marítima, na defesa de sua soberania sobre águas jurisdicionais e em projetar sua força em espaços adjacentes. A Namíbia, como país de menor poder, deve buscar inicialmente consolidar forças

navais capazes de atuar próximo ao litoral, o que configura operações, geralmente de natureza policial, relativas à manutenção da ordem em suas águas (SAINT-PIERRE; VITELLI, 2018).

Sobre o que cabe ao governo, no que diz respeito ao poder naval, Mahan afirma que (1890, p. 86):

A questão eminente é que a influência do governo deve ser sentida, a fim de construir para a nação uma Marinha que, se não tiver a capacidade de atingir países distantes, deve pelo menos ser capaz de limpar as aproximações-chave a seu próprio país.

Quanto a essa influência, o autor afirma que é sentida de duas maneiras (MAHAN, 1890, P. 82):

Primeiro, em tempo de paz. O governo, por sua política, pode favorecer o desenvolvimento das organizações privadas e a tendência do povo em procurar aventura e lucro por meio das atividades marítimas, ou pode tentar desenvolver tais atividades ou o interesse pelo mar quando essas não surgem espontaneamente. Por outro lado, o governo pode, por uma ação incompetente, impedir ou prejudicar o progresso que a iniciativa privada poderia alcançar entregue a si mesma. Em qualquer dos casos, a influência do governo será sentida, promovendo ou cerceando o Poder Marítimo da nação através de sua ação sobre o comércio marítimo, razão única, nunca será demais insistir, do desenvolvimento equilibrado das Marinhas de Guerra poderosas. Em segundo lugar, em tempo de guerra, a influência do governo é sentida da maneira mais legítima na manutenção de uma Marinha de Guerra compatível com a importância do tráfego marítimo e com os interesses com ele relacionados. Mais importante ainda que o tamanho da Marinha é a questão das instituições que favorecem o espírito sadio e a atividade necessária ao seu rápido desenvolvimento em tempo de guerra.

Já sobre a Marinha, sua necessidade e suas atribuições, Richmond (1934, p. 135) coloca que:

A potência das marinhas das nações marítimas tem sido determinada ao longo das épocas pelas necessidades de segurança contra as duas formas de dano às quais uma nação está exposta por via do mar. Uma Marinha capaz de guardar a nação contra uma invasão pelo mar e conservar aquelas comunicações marítimas, militares e econômicas que são essenciais para sua existência, é adequada.

Seguindo a discussão, Geoffrey Till dá ênfase ao conceito de *negação do mar*, cuja definição britânica é “a condição mais próxima de controle do mar que existe quando um oponente é impedido de usar uma área do mar para seus propósitos” (TILL, 2004, p.158). Segundo Tangredi, a negação do mar é o reverso do controle do mar, identificando-a como o “objetivo que os poderes continentais ou marinhas estrategicamente em desvantagem buscaram para enfrentar um Estado detentor de poder marítimo” e “a capacidade de impedir um oponente de usar o mar, sem tentar estabelecer o controle local” (TANGREDI, 2002, p. 123).

Sobre a negação do uso do mar ao inimigo, nossa *Doutrina Militar de Defesa* afirma que ela “organiza, antes de atendidos quaisquer outros objetivos estratégicos, a estratégia de defesa marítima do Brasil. Essa prioridade tem implicações para a reconfiguração das forças navais”, sobre o que afirma: “o Brasil contará com força naval submarina de envergadura, composta de submarinos convencionais e de submarinos de propulsão nuclear” (BRASIL, 2008, p. 21).

Teóricos contemporâneos, como Till, Moura e o vice-almirante Fernando Manuel Fintes Diégues, alertam para “a predominância da doutrina da guerra de litoral como paradigma para a formulação das estratégias navais nos dias de hoje” (MOURA, 2014, p. 22), afinal “muitos dos problemas mundiais se manifestam nas regiões litorâneas onde acesso e apoio vindo do mar está disponível” (TILL, 2004, p. 375). Moura (2014) afirma que o “poder naval dominante — o dos EUA — não tem oposição naval à altura” (MOURA, 2014, p. 54), o que justifica maior receio com relação a confrontos oceânicos contra esses países, reflexão a partir da qual chega à noção de que a guerra de litoral valoriza o emprego de submarinos.

6.2 Tarefas da Marinha de Guerra

Há diferentes perspectivas teóricas das tarefas e funções correspondentes às marinhas de guerra, mas cabe destaque a três delas, sendo que as abordagens de Booth (1977) e Grove (1990) costumam ser as mais utilizadas. Em 1977, Ken Booth postulou três propósitos para o uso do mar: a exploração de recursos, o trânsito de bens e pessoas e a passagem de forças militares. Sob essa perspectiva, propôs, sob a forma de um triângulo, uma concepção trinitária das funções da marinha: a diplomática, a militar e a policial. A função diplomática diz respeito ao apoio a negociações, apoio a aliados ou à demonstração de poder para conquistar prestígio. A função militar, basal, é associada, em tempos de normalidade, ao uso da força ou sua ameaça, por meio da defesa ou dissuasão, e ao controle do mar em tempos de guerra. A função policial refere-se às responsabilidades costeiras, como a manutenção da ordem, geralmente associadas mais ao policiamento que à atividade militar *per si* (BOOTH, 1977). Na Figura 13 é feita a representação gráfica desse conceito, o que é acompanhado da discussão teórica por outros autores, cujas interpretações são representadas pelas Figuras 14 e 15, subsequentemente.

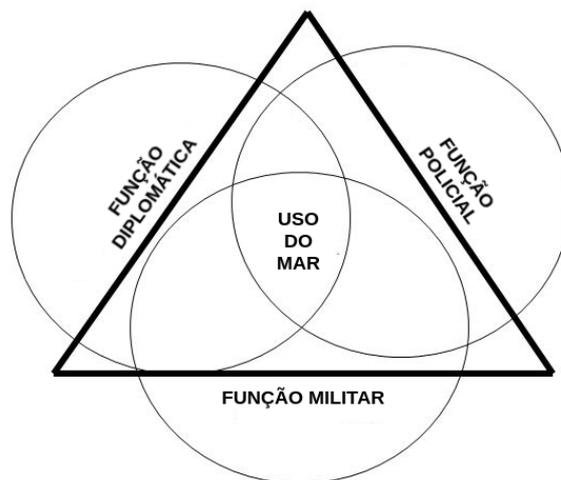
Figura 1 – Triângulo das funções de uso do mar de Booth.



Autoria própria. Fonte: BOOTH, 1977.

Em 1990, Eric Groove observou a importância de diferentes contextos na alteração da relevância de cada uma das três funções propostas por Booth, apontando que, em variadas situações, elas poderiam se sobrepor em círculos gerando coincidência entre as funções.

Figura 2 – Triângulo das funções de uso do mar de Booth revisado por Grove.



Autoria própria. Fonte: GROVE, 1990.

Buscando adequar o debate à realidade dos países subdesenvolvidos, William de Sousa Moreira (1997) propôs uma revisão diferente do triângulo de uso do mar, transformando-o num trapézio. A perspectiva da revisão de Moreira advém essencialmente de uma preocupação com a marginalização, pela abordagem teórica, das atividades absolutamente pacíficas, que identifica como as principais em países subdesenvolvidos nas regiões mais estáveis do Atlântico Sul.

Figura 3 – Trapézio das funções de uso do mar de Moreira.



Autoria própria. Fonte: MOREIRA, 1997.

6.3 Estratégia e Política Marítimas

Enquanto a estratégia naval diz respeito a uma dimensão da estratégia militar, a estratégia marítima, que a engloba, diz respeito a um escopo de decisões e planejamento mais amplo, cuja formulação, de acordo com o vice-almirante Caminha (1983, p. 5):

(...) abrange a resolução de um conjunto de problemas de alto nível, os quais visam principalmente harmonizar os objetivos da Estratégia Econômica com os da Estratégia Naval, e o desenvolvimento e emprego de parte do Poder Econômico com o desenvolvimento e emprego do Poder Naval, de forma a preservar o fluxo marítimo de interesse do país.

Sobre a relação entre domínio do mar e a estratégia marítima, afirma que (CAMINHA, 1983, p. 11):

O grau de Domínio do Mar almejado para cada área marítima, em cada oportunidade, considerando os inimigos prováveis, é a decisão relativa à Estratégia Marítima que mais afeta o nível estratégico seguinte, o da Estratégia Naval. Ele influencia a composição das forças navais, a localização dos elementos estáticos do Poder Naval, ou seja, pesa sobre todos os elementos componentes do Poder Naval.

O Atlântico Sul está de acordo com o que o autor considera como *área focal* — áreas marítimas que tendem naturalmente a assumir especial importância por força de condicionantes econômicas e geográficas que forçam a convergência de rotas marítimas. Outras são as áreas críticas, cuja importância estratégica as torna mais visadas pelos inimigos. Áreas focais, portanto, geralmente são áreas críticas (CAMINHA, 1983).

Como o poder marítimo depende de elementos econômicos e militares “de desenvolvimento lento em tempo de paz e de difícil edificação ou ampliação em tempo de guerra” (CAMINHA, 1983, p. 21), o vice-almirante identifica como crucial para a implementação de uma estratégia

marítima na guerra uma política marítima capaz de desenvolver, em situação de paz, os elementos essenciais do poder marítimo. Entretanto, na paz, tal política marítima depende da orientação de uma estratégia marítima que identifique confrontos possíveis, objetivos a serem alcançados na ocasião de confronto e os possíveis e prováveis empregos do poder marítimo, sejam tomados isoladamente ou em conjunto (CAMINHA, 1983).

A política marítima, portanto (CAMINHA, 1983, p. 21):

(...) manifesta-se através de um vasto conjunto de diretrizes governamentais, leis, decretos, pareceres, acordos internacionais, convênios etc., que regulamentam, dentro do país e nas suas ligações com outras nações, as atividades desenvolvidas com relação aos elementos do Poder Marítimo.

Em seguida, o autor aponta uma realidade de defesa que pode ser associada ao caso de cooperação entre o Brasil e a Namíbia, quando se refere aos acordos internacionais (CAMINHA, 1983, p. 22-23):

Desde que a estrutura econômica do Poder Marítimo passe a ter significado importante para a nação, em face das atividades por ela executadas, o Estado é levado a criar um Poder Naval adequado à sua defesa ou a recorrer a acordos internacionais que forneçam a necessária cobertura em caso de confronto violento.

6.4 Estratégia Naval

Identificada pelo preparo e pelo emprego do poder naval para que se cumpram objetivos relacionados à estratégia marítima, a estratégia naval se tornou um complexo e dinâmico processo devido à integração, no campo tático, forçada pelo avanço técnico, das Forças Armadas, o que resultou na ligação das estratégias naval, aérea e terrestre. Tal realidade projetou os poderes aéreo e terrestre sobre os mares, assim como possibilitou a ação do poder naval cada vez mais para o interior das massas terrestres. Dessa forma, poder naval e aéreo apresentam uma integração crescente de modo a atuar sobre as massas continentais contra objetivos estratégicos. Cabe destaque, sobre esse fator, de que o emprego de mísseis de longo alcance lançados por submarinos pode ser feito em áreas sob domínio do inimigo (CAMINHA, 1983).

A resolução dos problemas nos diferentes níveis de atuação do poder naval, de uma perspectiva estratégica, estabelece o desdobramento dos objetivos estratégicos maiores, em objetivos menores e ao fracionamento progressivo desse poder, até chegar ao nível das considerações táticas contra objetivos materiais específicos. Isso faz a estratégia naval e a doutrina vigente na Marinha serem intrinsecamente relacionadas. Fica evidente, portanto, que a ligação

entre doutrina, política e estratégia navais não se processa com os fluxos de dados, informações e ideias num só sentido. Assim, as estratégia e política navais assumem uma forma fluída quando dos períodos de rápido avanço tecnológico (devido aos novos meios de atuação encontrados) e de dúvidas quanto às perspectivas de conflito. Assim, sob a falta de convicção quanto às hipóteses de confronto e à validade da doutrina vigente, a política naval assume uma forma de expectativa. Pode ser feito um resgate da observação do autor supracitado quanto ao projeto brasileiro de desenvolvimento de um submarino nuclear, que confere o impulso de tal projeto à busca por um poder de retaliação por parte de potências de segunda ordem, resultado de avaliação estratégica envolvendo o potencial dos mesmos submarinos de potências de primeira ordem (CAMINHA, 1983).

Quanto às estratégias geralmente aplicadas pelo lado de menor poder, Caminha (1983) dá destaque para operações navais de pequeno porte que visam desgastar progressivamente o poder marítimo do inimigo e obter, assim, o domínio do mar. Esse é o recurso do desgaste, estratégia geralmente defensiva e temporária, adotada sob a impossibilidade de adoção de uma mais decisiva.

6.5 Operações Navais

Eccles (1965) define as operações militares como um amálgama de ações táticas e logísticas para se alcançar um objetivo estratégico, sendo que a ação tática deve ser precedida pela ação logística. Apesar das evoluções técnicas, a designação das operações navais tem se mantido constante no tempo. Caminha (1983, p. 107) define as nove:

- 1) Incursão, ataque e varredura; 2) Invasão anfíbia; 3) Ataque ao comércio oceânico do inimigo; 4) Ataque às linhas de transporte e suprimentos; 5) Operações de apoio logístico; 6) Defesa da costa e de pontos focais críticos; 7) Controle e proteção do tráfego marítimo; 8) Apoio às operações terrestres; 9) Bloqueio.

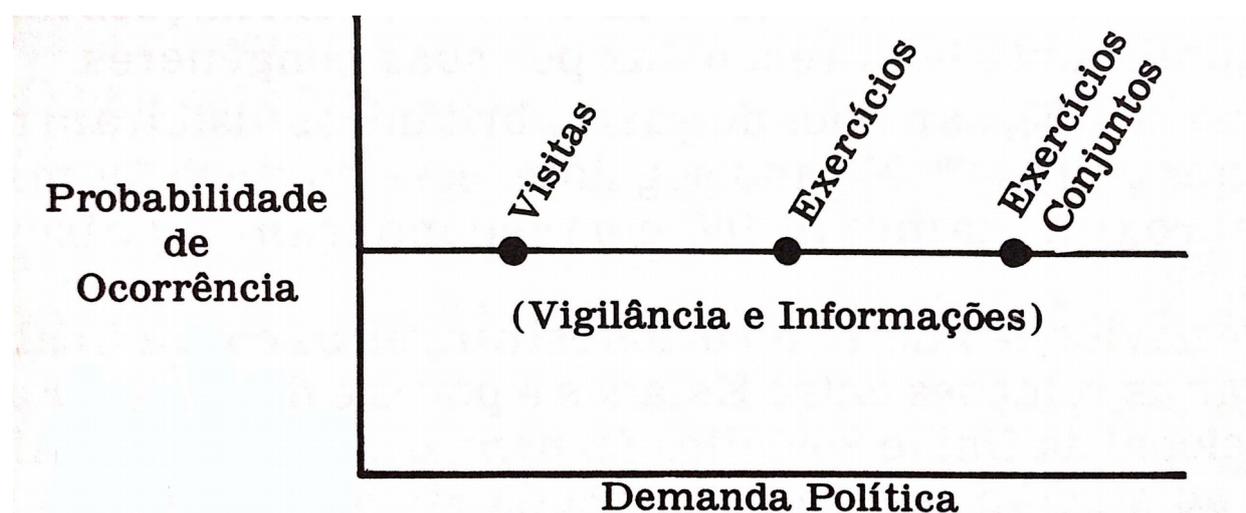
A execução de várias operações navais realizadas sucessiva ou simultaneamente com um objetivo comum constitui uma campanha naval. Sobre os aspectos que devem pesar de forma limitante no âmbito estratégico, o vice-almirante ressalta que, dependendo do estágio tecnológico, algumas operações são beneficiadas em detrimento de outras, o que torna muito delicadas as decisões táticas, logísticas e técnicas. Afirma certeza de que um número muito maior de desastres ocorreu mais por conta da dissociação entre objetivos e realidades táticas, logísticas e técnicas, do que em função da delimitação de objetivos inadequados ou de conceitos operativos problemáticos. Daí, conclui que tal dissociação tem sua probabilidade de ocorrer reduzida quando os estudos

estratégicos conduzidos em tempos de paz são capazes de identificar com antecedência os tipos de operação em que o Poder Naval deve ser empregado e as dificuldades táticas e técnicas previsíveis (CAMINHA, 1983).

6.6 O Emprego das Forças Navais em Tempos de Paz e Normalidade

A situação de normalidade (quando não há antagonismos em confronto e existe uma relação satisfatória entre os Estados em questão) é propícia ao preparo das forças para a crise e para a guerra. Dessa forma, a Marinha deve realizar seu planejamento de modo a conciliar seu preparo com o emprego em proveiro da política externa (PINTO, 1938). A probabilidade de ocorrência das diferentes formas de emprego do poder naval em tempos de normalidade está representada no gráfico a seguir (como a probabilidade de ocorrência depende da vontade em empregar as forças navais, é presumido um valor constante).

Gráfico 1 – Probabilidade de ocorrência dos diferentes empregos de forças navais em situação de normalidade.



Fonte: PINTO, 1938, p. 47.

As tarefas fundamentais dessas variações de emprego são definidas por Paulo Lafayette Pinto (1938) basicamente como, respectivamente: mostrar a bandeira; realizar exercícios em áreas de interesse nacional; e efetuar operações em conjunto com outras forças navais, que, naturalmente, passam a ser analisadas. Todas estas costumam ter entre seus objetivos a conquista de prestígio com relação ao outro país e uma demonstração de interesse em aproximação, ou de sua afirmação.

Sobre as três diferentes formas de presença naval em situação de normalidade e seus respectivos propósito principal, ação, atuação, imagem, postura e efeito desejado, Paulo Pinto confeccionou o quadro da Figura 17.

Quadro 1 – Cada tipo de presença naval em situação de normalidade.

SITUAÇÃO DE NORMALIDADE						
PRESENÇA NAVAL	PROPÓSITO PRINCIPAL	AÇÃO	ATUAÇÃO	IMAGEM	POSTURA	EFEITO DESEJADO
VISITA	Persuasão	Preventiva	Direta	Contato Direto	Ofensiva	Influência
EXERCÍCIO	Demonstração de Força	Preventiva	Indireta	Simbólica	Ofensiva	Demonstração de Interesse
EXERCÍCIO CONJUNTO	Persuasão	Preventiva	Direta	Contato Direto	Ofensiva	Influência
SEM VIOLÊNCIA E SEM OPOSIÇÃO						

Fonte: Pinto (1938, p. 69)

O autor define a persuasão como o propósito de missões em tempo de normalidade, que buscam estreitar e melhorar o vínculo e o relacionamento entre países. Então conclui (PINTO, 1938, p. 71):

A nação que emprega seu poder naval, com a finalidade de persuadir outros partidos, deseja unicamente solidificar seus laços políticos com outros países ou aumentar sua esfera de influência, conquistando novos parceiros. Dessa forma, em situação de normalidade, predomina a persuasão e é com esse propósito que devem ser empregadas, na maioria das vezes, as forças navais.

É mister, portanto, o emprego da Marinha em tempos de paz (PINTO, 1938, p. 114):

A marinha que não é capaz de empregar suas forças navais em tempos de paz, logicamente não o será na guerra. E o país marítimo que não projeta seu poder, através do emprego das forças navais, demonstra a sua fraqueza. Certamente será incapaz de fazer valer seus direitos no mar e, pouco a pouco, acabará sob o jugo de um poder mais forte.

7 CASO DE COOPERAÇÃO BRASIL-NAMÍBIA

"States cannot afford to wait passively for the happy time when a miraculously achieved balance of power will bring peace and security. If they wish to survive, they must be willing to go to war to preserve a balance against the growing hegemonic power of the period."

Nicholas J. Spykman (1942, p. 25)

A partir da situação conjuntural, das teorias, geopolíticas, de relações internacionais e militares, e das observações estratégicas resgatadas, podemos analisar brevemente a cooperação entre as Marinhas brasileira e namibiana, cuja fonte de dados é algo escassa. A cooperação propriamente dita teve início em 1994, através da parceria na formação de pessoal; já a cooperação técnica tem maior visibilidade a partir da carta náutica 3931 (Approach to Walvis Bay), publicada em 28 de setembro de 1997.

Em 2001, no governo FHC, foi assinado o Acordo de Cooperação Naval entre os países, estreitando as relações, destacando-se o artigo II, inciso 1, pelo qual “as partes cooperarão entre si com o objetivo de criar e fortalecer a Ala Naval do Governo da República da Namíbia”, o que perdurou até o governo Dilma.

Assim, a Marinha do Brasil se propôs a (BRASIL, 2003):

1. Assistir na organização, no âmbito da Ala Naval do Governo da República da Namíbia, de um Serviço de Patrulha Marítima, para proteger os interesses nacionais da República da Namíbia em suas águas internas, mar territorial e zona econômica exclusiva, especialmente no que se refere à proteção dos recursos vivos e minerais da plataforma continental;
2. Embarcações capazes de satisfazer às necessidades da Ala Naval do Governo da República da Namíbia;
3. Assistir no planejamento e desenvolvimento de uma infraestrutura apropriada à atracação e suporte logístico para tais embarcações.

A Marinha do Brasil “assumiu a responsabilidade pela supervisão da construção das embarcações, instalação das armas, garantia da qualidade, fornecimento de treinamento operacional e apoio logístico integrado.” (BRASIL, 2009).

O acordo pela implementação do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia foi firmado em 2008 e sua execução foi iniciada em 2009, com a necessidade de algumas modificações do método de ensino brasileiro devido a particularidades socioculturais e históricas. Apesar do idioma oficial do país ser o inglês, muitos compreendiam e falavam o português, devido aos combatentes que ficaram abrigados na Angola durante a guerra pela independência (SOUZA; SCHWETHER, 2015, p. 448).

Inicialmente, o plano era para a criação de uma Companhia (unidade militar composta por entre 60 e 250 militares), o que acabou sendo ampliado para um Batalhão (unidade constituída por duas ou mais companhias). Este iniciou suas atividades constituído pela Companhia de Comando e Serviços e a Companhia de Fuzileiros Navais, juntos integrando o Batalhão de Infantaria Fuzileiro Naval da Namíbia (BtlInfFuzNav), sob orientação de cinco oficiais, dezesseis sargentos, vinte cabos e vinte e três soldados brasileiros na Escola Naval, no Rio de Janeiro (BASTOS, 2011, p. 4).

Bastos (2011, p. 4) cita, então, as seguintes metas correspondentes ao Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha Brasileira:

- A preparação de Soldado Fuzileiro Naval – SD-FN - na Namíbia a partir de junho de 2009, tendo aceitado a sugestão do Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais – ComGerCFN - de enviar uma equipe de um ou dois oficiais e seis a dez praças namibianos para acompanharem, no Centro de Instrução Almirante Milciades Portela Alves - CIAMPA, no Rio de Janeiro, a turma II/2008 do Curso de Formação de Soldado Fuzileiro Naval;
- O envio de uma Equipe de Reconhecimento, no segundo semestre de 2008, para conhecer as instalações disponíveis para a formação de SD-FN na Namíbia, delinear o corpo docente para executar o curso e sugerir outras instalações e meios de apoio requeridos (alojamentos, pistas, equipamentos e outros).
- O envio de uma Equipe de Infantaria, conforme sugestão do ComGerCFN, para prestar assessoramento na criação do Batalhão de Infantaria Fuzileiros Naval –BtlInfFuzNav -, com previsão de formação em 2010.
- O envio de uma Equipe de Instrutores, já no início de 2009, para conduzir, junto com o pessoal FN da Namíbia, o primeiro Corpo de Fuzileiro Soldado - C-FSD - a partir de junho/2009, sendo o Comandante do Corpo de Alunos/ Encarregado do Curso um oficial brasileiro.
- O auxílio na aquisição do equipamento individual do FN e nos demais meios para a criação do BtlInfFuzNav, bem como o material a ser empregado no Curso de Formação de Soldados.
- O envio de uma Equipe atinente à música e ao cerimonial, sendo um regente para apoiar o desenvolvimento da Banda de Música existente com vinte e cinco militares e um oficial para prestar assessoramento quanto à realização de cerimônias e contribuir para a elaboração do Cerimonial da Marinha da Namíbia.

Ainda em 2009, em setembro, foi firmada a Missão de Assessoria Naval, que teve início em 2010 no dia 14 de abril. Entre 2013 e 2014 foi realizado o primeiro Curso de Especialização de Infantaria, especializando soldados fuzileiros navais namibianos como cabos da arma e de infantaria sob instrutores namibianos e brasileiros.

No período de 1999 a 2014, nosso montante de exportações para a Namíbia deixou de aumentar apenas em 2006, 2010 e 2013, tendo o maior saldo em 2009, alcançando o valor de \$52 milhões em exportações. Isso demonstra a intensificação das relações econômicas entre os dois países no período, o que representa aproveitamento econômico da relação de aproximação iniciada pela presença da Marinha do Brasil em tempo de normalidade.

É importante notar os marcos de grandes saltos na exportação para a Namíbia exatamente nos anos de atuação mais marcante de nossa diplomacia de defesa nas relações com o país e de nossa força naval em território namibiano como agente direto: 2001, abertura da missão em *Walvis Bay* e 2009, início da execução do acordo de implementação do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia. A seguir, são apresentados dois gráficos e a Tabela 1, obtidos no Comex Stat, portal de acesso às estatísticas de comércio exterior do Brasil, referentes às exportações nacionais para a Namíbia desde 1997.

No período analisado, os dados sobre as importações apresentam um salto em 2011, mas nada considerável perto das exportações no mesmo ano. O que importamos da Namíbia é basicamente o que se identifica como “produtos básicos”, provavelmente alguns gêneros alimentícios não identificados pelo Comex, que representam 70% das importações em 2018, de um total de US\$ 53,67 milhões, e 84% em 2017, de um total de US\$ 240,89 milhões. De 2017 para 2018, a parcela de nossa exportação de produtos básicos aumentou de 33% para 59%, enquanto o açúcar de cana bruto diminuiu de 30% para 4,6%. Não foram identificadas exportações de equipamentos militares nos dados observados (Fonte dos dados: Comex Stat).

Gráfico 2 – Valores anuais de exportação do Brasil para a Namíbia.



*Variações em relação ao ano anterior.

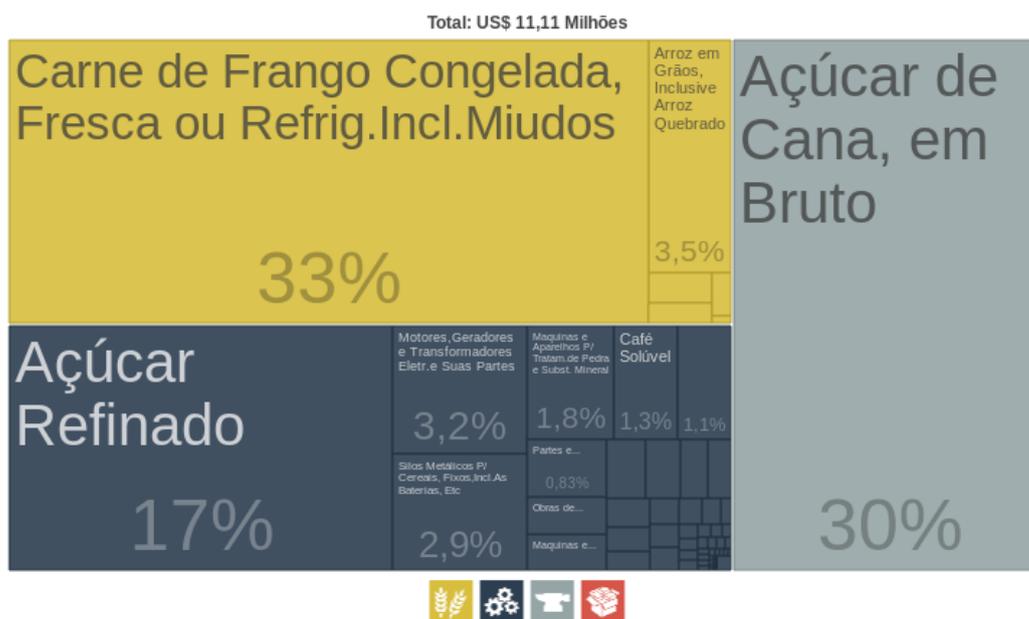
Os valores de exportação estão representados na legenda pelas setas se afastando, importações pelas setas se aproximando e saldo comercial pela balança. Fonte: Comex Stat.

Tabela 1 – Valores anuais de exportação do Brasil para a Namíbia entre os anos de 1997 e 2014.

Ano	Países	Valor FOB (US\$)
2019	Namibia	\$6.631.047
2019	Brasil	\$5.450.267
2018	Namibia	\$6.608.563
2018	Brasil	\$67.066
2017	Namibia	\$11.107.837
2016	Namibia	\$24.012.634
2015	Namibia	\$7.020.710
2014	Namibia	\$28.206.945
2013	Namibia	\$23.913.195
2013	Brasil	\$385.034
2012	Namibia	\$26.171.098
2011	Namibia	\$24.371.850
2010	Namibia	\$19.437.759
2009	Namibia	\$52.412.063
2008	Namibia	\$22.718.553
2007	Namibia	\$16.505.965
2006	Namibia	\$12.643.471
2005	Namibia	\$12.951.146
2004	Namibia	\$11.389.965
2003	Namibia	\$9.913.009
2002	Namibia	\$3.784.638
2001	Namibia	\$2.021.073
2000	Namibia	\$479.237
1999	Namibia	\$404.312
1998	Namibia	\$154.223
1997	Namibia	\$334.954

As linhas nas quais o país identificado é o Brasil estão representando nossas importações da Namíbia no ano. Fonte: Comex Stat.

Gráfico 3: Percentagens de exportação do Brasil para a Namíbia em 2017.



*Variações em relação ao ano anterior.

Na legenda, o trigo representa “produtos básicos”, as engrenagens “produtos manufaturados” e a bigorna “produtos semifaturados”. Fonte: Comex Stat.

As últimas informações obtidas sobre a cooperação militar entre os dois países, através dos sites do Exército Brasileiro e da Marinha do Brasil, dizem respeito à passagem do cargo de Chefe da Missão de Assessoria Naval na Namíbia (iniciando a 6ª missão) e a uma reunião de coordenação que tratou sobre o Acordo de Cooperação entre os dois países. Na ocasião da passagem de cargo, no dia 25 de janeiro de 2019, ao Capitão de Fragata Leonardo Pires Black Pereira, o Comandante da Marinha da Namíbia, Almirante Sinsy Ndeshi Bamba Nghipandwa, ressaltou a importância da missão no apoio a diversos projetos, como o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Doutrinário, a Criação da Escola Técnica e o apoio na manutenção preventiva e corretiva dos meios navais (BRASIL, 2018, 2019).

Já no segundo caso, no Quartel-general do Exército da Namíbia em Grootfontein em 1º de novembro de 2018, o Capitão de Mar e Guerra Alexandre Moutela da Silva, adido de defesa junto à Embaixada do Brasil na Namíbia, acompanhado do assessor do Exército Brasileiro junto ao Sistema de Ensino/Treinamento do Exército da Namíbia, Major Enio Corrêa de Souza, e do professor/instrutor de português do Exército Brasileiro no Curso Internacional de Língua Portuguesa na *Military School* da Namíbia, Capitão Augusto da Silva Guimarães, participou da reunião, que contou com a presença dos oficiais do Estado-Maior da Namíbia. Foram apresentadas as vagas e cursos ofertados pelo Exército Brasileiro em seus estabelecimentos de ensino para 2019. Na ocasião, os oficiais do Estado-Maior do Exército da Namíbia ressaltaram unanimemente a

importância do apoio prestado por nosso Exército na formação de sua força terrestre. Ao fim da reunião, foi ofertada ao Comandante do Exército da Namíbia, Major General Nestor Shali Shalanda, homenageado, a Medalha do Exército Brasileiro (BRASIL, 2018).

Tais relações denotam uma estratégia militar que leva em consideração a necessária integração entre as Forças e demonstram a preocupação de nosso planejamento estratégico para com a perseguição dos objetivos de cooperação definidos para a Namíbia. Sendo assim, apesar da menor visibilidade midiática, devido à redução de frequência na realização grandes exercícios e na assinatura de novos acordos, o projeto segue em frente, atualizando as missões e aumentando a aproximação através dos cursos de formação e das boas relações estabelecidas entre oficiais. A manutenção dessa cooperação e a participação de diferentes Forças são, portanto, demonstração de legítima importância atribuída à colaboração com a Namíbia, à boa formação de suas Forças Armadas e ao projeto de proteção do Atlântico Sul.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Geography is the most fundamental factor in foreign policy because it is the most permanent."

Nicholas J. Spykman (1944)

Nossa pesquisa deixou clara a importância do tema e sua relevância geoestratégica, assim como a situação de inferioridade militar brasileira e de “vizinhos” transoceânicos no Atlântico Sul, por onde passam a maior parte de nossas rotas comerciais e cuja presença militar se dá principalmente por forças britânicas e estadunidenses (este podendo se mobilizar com grande poder bélico em pouco tempo, através de dois comandos militares constituídos para atuar na região).

Apesar de percalços institucionais e crises econômicas, considerado por sua dimensão de longo prazo, o projeto está de acordo com o incentivo à indústria naval iniciado nos Governos Lula, com o projeto de desenvolvimento de nosso potencial submarino, inclusive o de propulsão nuclear, e com as diretrizes de inserir o Atlântico Sul e o continente africano no nosso entorno estratégico, o que deve avançar nossa projeção marítima militar de modo importante. Quanto ao crescimento de nossas exportações para a Namíbia, vemos uma queda recente nas taxas, que, não obstante, continuam muito superiores àquelas antes de 2001.

Este trabalho destaca a importância da retomada dos estudos geopolíticos e militares referentes à dominação marítima (ou controle marítimo) e à própria estratégia de guerra marinha, como aponta Filipe Giuseppe Ribeiro (2010), com suas referências às tensões no Mar do Sul da China e ao derretimento das calotas polares, este podendo reconfigurar o tabuleiro militar, de modo

que as costas voltadas para o Ártico tornem-se mais acessíveis. Por mais afastados que estejam de nosso objeto de análise, tais aspectos conjunturais representam a possível mudança de paradigmas teóricos e da própria prioridade, no que diz respeito à seleção estratégica, dos diferentes tipos de operações navais supracitados no trabalho.

O caso de cooperação em estudo, portanto, corresponde a uma visão estratégica bem delimitada, cujas premissas são claras, assim como objetivos especificados: uma busca pelo rompimento do *congelamento do poder mundial* pela via da colaboração internacional; dentre os objetivos melhor delimitados, estão a produção de submarinos, assim como uma unidade nuclear, e cooperação internacional, assentada nas relações multilaterais, sendo que não assuma compromissos absolutos ou riscos desnecessários (CASTRO, J. A., 1972; OLIVEIRA, 1987).

O planejamento leva em conta as limitações de ambos países, não se baseando em presunções técnicas ou econômicas fora de nossas realidades e respeitando a soberania namibiana, enquanto fortalece nossa presença no país, em suas águas e no oceano que nos separa espacialmente. Considerando as atribuições políticas pelas quais o país passou desde o marco da inauguração da missão em *Walvis Bay*, o projeto demonstra solidez e continuidade, independentemente das diferentes posturas político-ideológicas assumidas pelo Poder Executivo e das flutuações em nossa balança comercial com a Namíbia. Já sobre cooperação entre nossas forças terrestres e as namibianas: não fazem parte do escopo de análise deste trabalho, mas sua integração estratégica com o caso em análise suscita a possibilidade de uma pesquisa mais aprofundada nessa relação, o que implicaria um caráter estratégico mais geral e menos focado nas teorias referentes a uma única Força.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 57, n. 1, p. 5-21, 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 jul. 2017
2. AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Atlântico Sul: As relações do Brasil com os países africanos no campo da segurança e defesa. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia Relações Internacionais*, v.2, n.4, Jul-Dez 2013, p. 49-71. Disponível em https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115055/ISSN22386262-2013-02-____04-47-67-pt.pdf?sequence=2. Acesso em 20 jan. 2018.

3. ALSINA JR., J. .P. S. Política externa e poder militar no Brasil: universos paralelos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
4. AMORIM, C. L. N. et al. (Eds.). A grande estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014). Brasília: Funag; Editora Unesp, 2016.
5. APARECIDA FERREIRA SOUZA, Tamires; DINIZ SCHWETHER, Natália. Um novo despertar para a África, a fronteira oriental brasileira: O caso dos Fuzileiros Navais na Namíbia. REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 435-453, jul. 2015. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/79>. Acesso em: 22 dez. 2018.
6. ARON, R. Paz e guerra entre as nações. Brasília: Editora UnB, 2002.
7. BARRETO FILHO, Fernando de Mello. Os sucessores do barão: relações exteriores do Brasil, v.2: 1964-1985. São Paulo. Paz e Terra, 2006.
8. BASTOS, Expedito. C. S.. Marina do Brasil - sua projeção no continente africano, uma realidade. Tecnologia Militar, v. 4, p. 58-61, 2010. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/MBCA.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017
9. BEAUFRE, André. Introducción a la estrategia. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1965.
10. _____. Dissuasión y estrategia. Buenos aires: Pleamar, 1980
11. Comex Stat. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>
12. BOOTH, Ken. Navies and Foreign Policy. London: Croom Helm, 1977.
13. BRANDS, H. What good is Grand Strategy? Power and Purpose in American Statecraft from Harry S. Truman to George W. Bush. Ithaca: Cornell University Press, 2014.
14. BRASIL. Decreto N.4.778, de 11 de julho de 2003. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo a República da Namíbia sobre Cooperação Naval, de 3 de dezembro de 2001. Brasília, 2003. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4778.htm. Acesso em: 27 jul. 2018.
15. _____. Decreto n.6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm. Acesso em: 30 jul. 2017.
16. _____. Exército Brasileiro. Cooperação Militar Brasil-Namíbia. 2018. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/

- MjaG93KcunQI/content/cooperacao-militar-brasil-namib-1/8357041. Acesso em: 30 set. 2019
17. _____. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, 2012.
 18. _____. Marinha do Brasil. Cooperação Brasil-Namíbia. 2009. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2009/02/10/cooperacao-brasil-namibia/>. Acesso em: 29 dez. 2018.
 19. _____. Missão de Assessoria Naval na Namíbia tem Novo Chefe. 2019. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/missao-de-assessoria-naval-na-namibia-tem-novo-chefe>. Acesso em: 30 set. 2019.
 20. _____. Amazônia Azul. <https://www.marinha.mil.br/content/amazonia-azul-1>. Acesso em 30 ago.2017.
 21. _____. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, 2008.
 22. _____. Portaria Normativa n.9/GAP/MD, de 13 de janeiro de 2016. Aprova o Glossário das Forças Armadas – MD35-G-01. 5.ed. 2015. Diário Oficial da União, n.14, Brasília, 21 jan. 2016. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21160069_do1-2016-01-21-portaria-normativa-n-9-gap-md-de-13-de-janeiro-de-2016-21160044. Acesso em: 18 jul. 2018.
 23. BRODIE, B. Strategy in the Missile Age. Santa Monica: Polity Press, 2004.
 24. BROZOSKI, Fernanda Pacheco. A revalorização geopolítica e geoeconômica do Atlântico Sul no sistema internacional. 2013. 115 f. Dissertação de Mestrado em Economia Política Internacional) – PEPI, UFRJ. 2013.
 25. BUCHEB, José Eduardo. Disponibilizado pela Petrobras, na apresentação Desafios e oportunidades do pré-sal. 14 de out. 2010. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.alide.com.br/joomla/index.php/capa/75-extra/1687-desafios-e-oportunidades-do-pre-sal>. Acesso em: 20 jul. 2017.
 26. CAMARGO, Estevão da Cunha et al. Soft Power e cooperação militar: A ascensão brasileira no Atlântico Sul. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii_cadn/soft_power_e_cooperacao_militar.pdf. Acesso em: 30 jul. 2017.
 27. CAMINHA, Vice-Almirante João. Delineamentos de Estratégia: volume 3. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1983.
 28. CASTRO, J. A. O congelamento do poder mundial. revista de informação legislativa, v. 8, n. 31, p. 37-52, jul./set. 1971. Revista brasileira de estudos políticos, n. 33, p. 7-30, jan. 1972. Disponível em:

- <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180480/000341583.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 set. 2018.
29. CASTRO, Therezinha de. Geopolítica: princípios, meios e fins. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.
 30. CHURCHILL, Winston. The Gathering Storm. Boston: Houghton Mifflin Company, 1948.
 31. CLAUSEWITZ, Karl von. On War. Princeton: Princeton University Press, 1976.
 32. CORBETT, Julian Stafford, Sir. Some principles of maritime strategy. Annapolis: Naval Institute Press, 1988.
 33. COSTA, Wanderley Messias da. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia. *Confins*, n.22, 2014.
 34. _____. Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
 35. FARIA, Emílson. O poder naval brasileiro e os interesses do país no Atlântico Sul. In: ACIOLY, Luciana; FRACALOSSO DE MORAES, Rodrigo (Orgs.). *Prospectiva, estratégias e cenários globais: visões de Atlântico Sul, África lusófona, América do Sul e Amazônia*. Brasília: Ipea, 2011. p. 83-110.
 36. FARIAS, Hélio Caetano. A estratégia do Brasil na África: fundamentos geopolíticos e mecanismos de financiamento no ciclo recente de expansão econômica. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2017.
 37. FIORI, J. L. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. Carta Maior, 24 maio 2013.
 38. GARCÍA-SAÚCO, A. N. La defensa em la acción exterior del Estado. In: CESEDEN. *Diplomacia de defensa: la defensa em la acción exterior del Estado*. Documento de Trabajo 01/2016. Plan Anual de de Investigación 2015. Madrid: Instituto Español de Estudios Estratégicos, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/libro/722830.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.
 39. GONÇALVES, Turíbio; CORBELLINI, Mariana. A ESTRATÉGIA MARÍTIMA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA PARA O ATLÂNTICO SUL. *Estudos do CEPE*, Santa Cruz do Sul, p. 249-277, dez. 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/5113>. Acesso em 10 jul. 2017.
 40. GROVE, Eric. The Future of Sea Power. London: Routledge, 1990.
 41. KATSANOS, A. Países continentais e estratégias de A2/AD. *Revista da Força Aérea*. Rio de Janeiro, n.86, p.14, fev. 2014.

42. KISSINGER, H. Observation on U.S. - Soviet Relations. 1 nov. 1988. Disponível em: <https://www.heritage.org/europe/report/observations-us-soviet-relations>. Acesso em: 29 jul. 2018.
43. _____. Diplomacy. New York: Simon & Shuster, 1994.
44. MACKINDER, Halford John, Sir. Democratic Ideals and reality: a study in the politics of reconstruction. London: Constable Publishers, 1942.
45. MAHAN, A.. The Influence of Sea Power upon History, 1660–1783. Boston, Little, Brown and Company, 1890. Disponível em: <https://archive.org/details/seanpowerinf00maha/page/n5>.
46. MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. Cuadernos Politicos, no 12, México, abr-jun 1977. Disponível em <http://www.marini-escritos.unam.mx>. Acesso em: 10 Jan. 2018
47. MARTINS, E. O. Amazônia Azul, Pré-sal, soberania e jurisdição marítima. Revista CEI XIV(50), 88. Brasília, v. XIV, n. 50, p. 83-88, jul./sep. 2010. Disponível em: <http://www.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/1398/1371>. Acesso em: 30 jul. 2017.
48. MENDONCA JUNIOR, Wilson; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A cooperação técnica do Brasil com a África: comparando os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010). Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 58, n. 1, p. 5-22, June 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292015000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 Dec. 2018.
49. MORAES, I. M. ; Preenchendo o Vazio De Poder no Atlântico Sul a contribuição da cooperação Brasil-Namíbia. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário). Disponível em: [www.academia.edu/5002577/Preenchendo_o_vazio_de_poder_no_Atlântico_Sul_a_contribuição_da_cooperação_Brasil-Namíbia](http://www.academia.edu/5002577/Preenchendo_o_vazio_de_poder_no_Atl%C3%A2ntico_Sul_a_contribui%C3%A7%C3%A3o_da_coopera%C3%A7%C3%A3o_Brasil-Nam%C3%ADbia). Acesso em: 30 jul. 2017.
50. MOREIRA, William de Sousa. El Poder Naval en America del Sur Atlantica: tendencias y perspectivas en el enfoque de la planificación de fuerzas. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1997.
51. MORES, A. C. R.; COSTA, W. M. A Geografia Crítica. A valorização do espaço. São Paulo: HUCITEC, 1984.
52. MOURA, José Augusto A. de. A estratégia naval brasileira no pós-guerra fria: uma análise comparativa com foco em submarinos. Rio de Janeiro: FEMAR, 2014.
53. MUNHOZ, Athos ; OLIVEIRA, G. Z. ; BRITES, P. V. P. . A Política Externa Brasileira para a África Ocidental e o Panorama Securitário do Atlântico Sul a partir do Governo Lula. In:

- 4º Encontro Nacional da ABRI, 2013, Belo Horizonte. Anais Eletrônicos do 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2013. p. 1. Disponível em: www.academia.edu/6412871/A_Política_Externa_Brasileira_para_a_África_Ocidental_e_o_Panorama_Securitário_do_Atlântico_Sul. Acesso em: 29 jul. 2017.
54. MURRAY, W. Thoughts on Grand Strategy. In: ____; SINNREICH, R; LACEY, J. The Shaping of Grand Strategy: Policy, Diplomacy and War. New York: Cambridge University Press, 2011.
55. NEVES, Miguel Santos. A China e a Índia no Atlântico Sul. Relações Internacionais, Lisboa, n. 38, p. 71-94, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992013000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 dez. 2018.
56. NYE, Joseph S. Propaganda Isn't the Way: Soft Power. Acesso em: 27 jul. 2018.
57. _____. Soft Power. New York: Public Affairs, 2004.
58. OLIVEIRA, Eliézer. Militares: Pensamento e Ação Política. Campinas: Papyrus, 1987.
59. OLIVEIRA, Lucas Kerr de; CEPIK, Marco; BRITES, Pedro Vinicius P.. O pré-sal e segurança do Atlântico Sul: a defesa em camadas e o papel da integração sul-americana. REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 139-164, ago. 2016. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/192>. Acesso em: 27 jul. 2017.
60. PEREIRA, Analúcia Danilevicz. Atlântico Sul, África Austral e América do Sul: Cooperação e Desenvolvimento. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. v.2, n.4, Jul-Dez 2013 | p.33-47. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/41304/26965>. Acesso em: 26 jul. 2017.
61. PEREIRA, A; BARBOSA, L. O Atlântico Sul no contexto das relações Brasil-África. Revista Século XXI, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 59-77, jan./jun. 2012. Disponível em: sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/view/1836. Acesso em: 27 jul. 2017.
62. PINTO, Paulo. O Emprego do Poder Naval em Tempos de Paz. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1989.
63. PROENÇA JR., D.; DINIZ, E. Política de defesa no Brasil: uma análise crítica. Brasília: Editora UnB, 1998.
64. QUERO, Caio. Jornal GGN. 2013. Fuzileiros brasileiros exportam organização e até expertise musical para Namíbia. Disponível em: <http://jornalgggn.com.br/blog/luisnassif/a-cooperacao-entre-as-marinhas-do-brasil-e-da-namibia>. Acesso em: 28 ago. 2017.

65. REIS, Reginaldo Gomes Garcia dos. Atlântico Sul: Um desafio Para o Século XX – As velhas Ameaças se Perpetuam nas “Novas”? In: ACIOLY, Luciana; FRACALOSSO DE MORAES, Rodrigo (Orgs.). *Prospectiva, estratégias e cenários globais: visões de Atlântico Sul, África lusófona, América do Sul e Amazônia*. Brasília: Ipea, 2011. p. 62-81.
66. REKACEWICZ, Philippe. *Le Monde diplomatique. France and US' eyes on Africa*. Disponível em: <https://mondediplo.com/maps/africaresources>. Acesso em: 28 ago. 2017.
67. REUTERS. África Ocidental segue o Brasil na exploração do pré-sal. Disponível em: <http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRSPE9AS05E20131129>. Acesso em: 28 ago. 2017.
68. RICHMOND, H. *Sea Power in The Modern World*. London: G. Bell & Sons, 1934.
69. RIBEIRO, Filipe Giuseppe Dal Bo. *A nova geografia militar: logística, estratégia e inteligência*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
70. SAINT-PIERRE, Héctor; VITELLI, Marina. *Dicionário de Segurança e Defesa*. São Paulo: Editora Unesp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018.
71. SCHWETHER, N; SOUZA, T. Um Novo Despertar para a África, a Fronteira Oriental Brasileira: O Caso dos Fuzileiros Navais na Namíbia. *Revista Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 435, jul./dez. 2014
72. SILVA, Alexandre Pereira da. O novo pleito brasileiro no mar: a plataforma continental estendida e o Projeto Amazônia Azul. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 56, n. 1, p. 104-121, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292013000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 ago. 2017
73. SILVA, Antonio Ruy de Almeida. A diplomacia de defesa na política internacional. *REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL*, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 179-202, ago. 2016. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/171/133>. Acesso em 28 jul. 2018.
74. SPYKMAN, Nicholas J. *America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1942.
75. _____. *Geography of Peace*. New York: Harcourt, Brace and Co. (1944)
76. TANGREDI, S. J. *Sea Power: Theory and Practice*. In: BAYLIS, J. et al. *Strategy in the Contemporary World*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
77. TILL, G. Corbett and the 1990s. In: GOLDRICK, J.; HATTENFORD, J. B. *Mahan Is Not Enough*. Newport: Naval War College Press, 1993. p.210-26.
78. _____. *Seapower: A Guide for the Twenty-First Century*. London, Portland: Frank Cass, 2004.

79. TZU, Sun. *A Arte da Guerra*. São Paulo: Hunter Books Editora, 2011.
80. VEGETIUS RENATUS, Flavius. *Epitoma Rei Militaris*. The Latin Library. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/vegetius3.html>. Acesso em: 10 jan. 2019.
81. WINAND, E. C. A. *Diplomacia e defesa na gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): história e conjuntura na análise das relações com a Argentina*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
82. ZANINI, Fábio. *Euforia e Fracasso no Brasil Grande. Política Externa e Multinacionais Brasileiras na Era Lula*. São Paulo, SP: Contexto, 2017.